

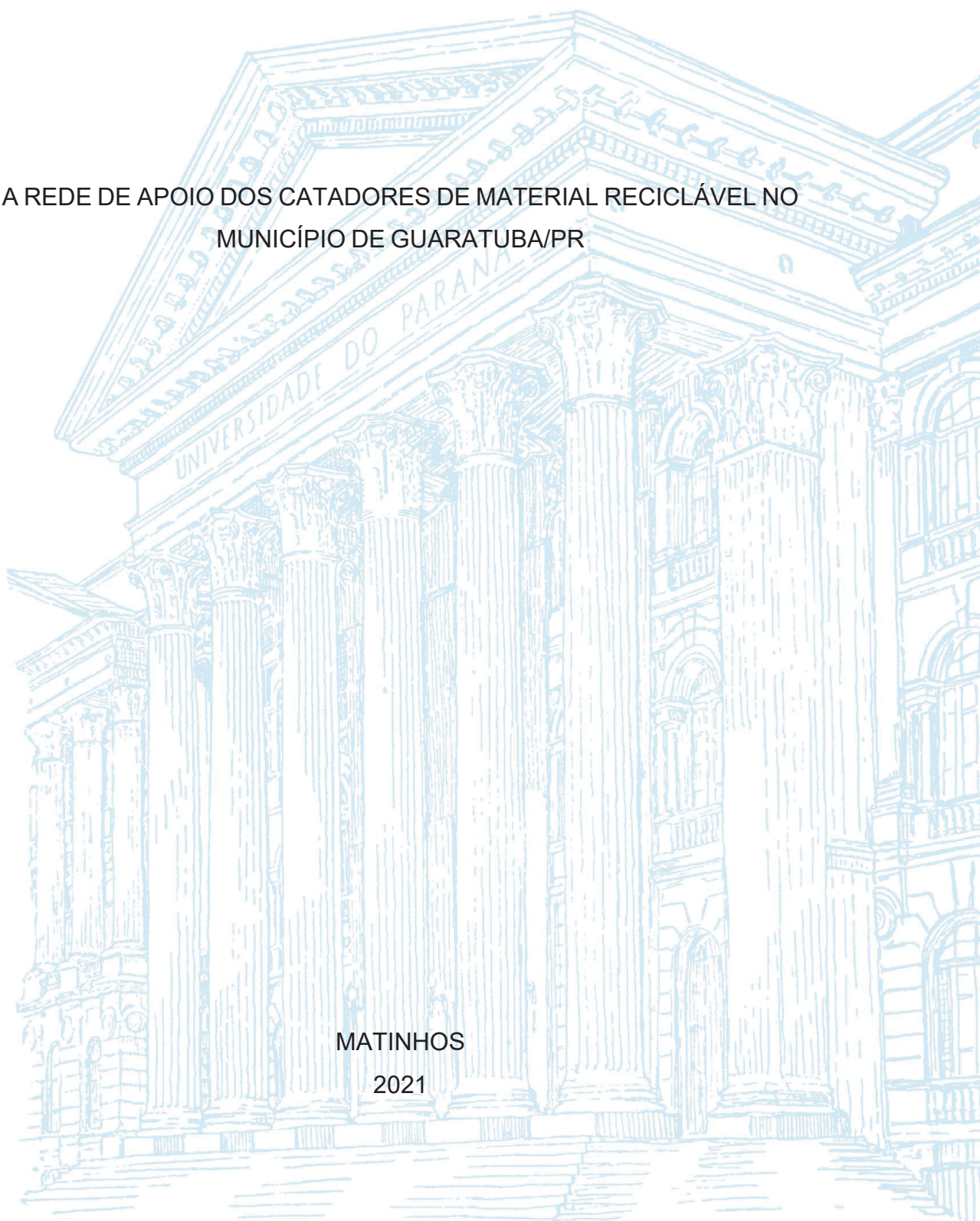
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIANA FERREIRA GARCIA FALCÃO

A REDE DE APOIO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO
MUNICÍPIO DE GUARATUBA/PR

MATINHOS

2021



MARIANA FERREIRA GARCIA FALCÃO

A REDE DE APOIO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO
MUNICÍPIO DE GUARATUBA/PR

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor do Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski

Coorientadora : Prof. Dra. Mayra Taiza Sulzbach

MATINHOS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

F178r Falcão, Mariana Ferreira Garcia
A rede de apoio dos catadores de material reciclável no município de Guaratuba/PR / Mariana Ferreira Garcia Falcão; orientador Rodrigo Rossi Horochovski ; coorientadora Mayra Taiza Sulzbach – 2021.
89 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2021.

1. Catador de Material Reciclável. 2. Rede de Apoio. 3. Políticas Públicas. 4. Identidade. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 363.7282



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MARIANA FERREIRA GARCIA FALCÃO** intitulada: **A REDE DE APOIO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA/PR**, sob orientação do Prof. Dr. **RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 24 de Setembro de 2021.

Assinatura Eletrônica

27/09/2021 17:04:42.0

RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

27/09/2021 17:04:39.0

AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE

Avallador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

28/09/2021 14:53:01.0

ROBERTA TRASPADINI

Avallador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)

RUA JAGUARIANA, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil
CEP 83260-000 - Tel: (41) 3511-8371 - E-mail: ppgdlis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte Identificação Única: 114550

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 114550

Dedico essa gota de suor aos estudantes, militantes e pais de quatro: João e Ivani. Também a generosidade, amor e paciência do meu companheiro de vida e luta, Ezequiel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus colegas e companheiros de caminhada do PPGDTS, em especial os da Linha de Políticas Públicas e Redes: Elton, Nathalia, em especial ao João, que com toda a paciência me deu suporte com a metodologia e ferramenta utilizada na construção da pesquisa, e a Aline (Nana) pelas trocas (que viravam desabafos das tragédias cotidianas, mas no final, sempre com risadas – às vezes de desespero), e pela revisão do texto.

Também agradeço imensamente a generosidade e paciência do Professor Doutor e Orientador dessa pesquisa, Rodrigo Rossi Horochovski, em me permitir a liberdade no tema, sempre incentivando, me direcionando ao método científico (e nos tutoriais com a ferramenta). Agradeço em especial à Professora Doutora e Coorientadora Mayra Taísa Sulbach que me acolheu na sua disciplina de Configurações Produtivas de Base Coletiva, solidária e sustentável no ano de 2019, e desde então, sempre esteve disponível no acolhimento, na centralidade do tema, dando uma sincera importância ao estudo.

Sem esquecer, o meu sincero agradecimento aos participantes da pesquisa, os catadores do município de Guaratuba/PR, por cada relato de sua história, a cada resposta (mesmo que não verbalizada), enfim ao acolhimento e partilha daqueles momentos ali, eu, como estranha, no papel de pesquisadora, observadora e aprendiz e vocês, verdadeiros protagonistas deste estudo e dessa realidade.

PASSANDO A RASTEIRA NOS ÔME

*Tamo cansado dessa vida de amargura
Ferro-velho e prefeitura querendo nos dominar
Levando fardo de cem quilo nas paleta
E o doutor com as suas canetas com mais leis pra nos ferrar*

*O catador sabe que tem um movimento
Que prepara o enfrentamento para o poder popular
Auto-gestão da cadeia produtiva
Ação direta todo dia pro socialismo alcançar*

*Vem catador
Pro movimento organizado
Pois unidos ficamos fortes
E não seremos mais explorados
Vem catador recuperar a dignidade
Lutando pra construir o socialismo com liberdade!*

*Sou catador e sempre vivo num sufoco
Quando chove como pouco
E no verão só passo mal
Mas eu me ligo prefeitura e ferro-velho
Nos querem ver num cemitério
Ou numa cama de hospital*

*Separo tudo que encontro na minha mesa
Eu reciclo a natureza sem patrão pra nos mandar
Organizado eu tempero a rebeldia
E quando eu vejo a burguesia sei que é hora de lutar*

(RAP para o MNCR, 2005)

RESUMO

Os catadores de material reciclável são responsáveis pela coleta de até 90% dos resíduos sólidos urbanos que alimentam a indústria de reciclagem brasileira. Segundo Medeiros e Macedo (2007), apenas em 2002 a catação teve seu registro na Classificação Brasileira de Ocupações. Por meio da organização e das ações coletivas, essa atividade vem transformando o catador e a catadora em uma identidade coletiva por meio da organização de grupos, associações, cooperativas e movimento social. O objetivo dessa pesquisa é identificar redes de apoio aos catadores no município de Guaratuba no período de maio a agosto de 2020. Através de entrevista semi-estruturada aplicada pelo método de *snowball* obtivemos dados de 17 catadores. Esses dados foram analisados pelo método de análise de redes através da ferramenta *Gephi*. Através de grafos foi possível demonstrar as redes de apoio mapeadas que reúnem indivíduos e organizações, identificadas pelos catadores. Essas redes demonstram apoio em torno de objetivos comuns, mas também, de quem, os próprios catadores indicam que gostariam de ter mais apoio e quem não os apoia. Como resultado da pesquisa, as instituições que mais apoiam os catadores entrevistados foram o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Programa de Voluntariado Paranaense (PROVOPAR), um trabalho voluntário (desenvolvido com os catadores) e o Instituto Lixo e Cidadania (ILIX). As instituições que menos apoiam são a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) e a Vigilância Sanitária (órgão ligado à Secretaria de Saúde), e as instituições que não apoiam, mas poderiam apoiar mais, os catadores indicaram a Saúde, a Prefeitura e a Educação.

Palavras-chave: Catador de material reciclável, Rede de apoio, Políticas públicas, Identidade, Trabalho

ABSTRACT

Recyclable material collectors are responsible for collecting up to 90% of the urban solid waste that feeds the Brazilian recycling industry. According to Medeiros and Macedo (2007), it was only in 2002 that collection was registered in the Brazilian Classification of Occupations. Through organization and collective actions, this activity has been transforming the collector and the female collector into a collective identity through the organization of groups, associations, cooperatives and social movements. The objective of this research is to identify support networks for collectors in the city of Guaratuba from May to August 2020. Through semi-structured interviews applied by the snowball method, we obtained data from 17 collectors. These data were analyzed using the network analysis method using the Gephi tool. Through graphs, it was possible to demonstrate the mapped support networks that bring together individuals and organizations, identified by the collectors. These networks show support around common goals, but also, from whom, the pickers themselves indicate that they would like more support and who does not support them. As a result of the survey, the institutions that most support the pickers interviewed were the Social Assistance Reference Center (CRAS), the Volunteer Program of Paraná (PROVOPAR), a volunteer work (developed with the pickers) and the Waste and Citizenship Institute (ILIX). The institutions that support the least are the Municipal Secretariat for the Environment (SMMA) and the Sanitary Surveillance (a body linked to the Secretariat of Health), and the institutions that do not support, but could support more, the pickers indicated the Health, the City Hall and the Education.

Keywords: Recyclable material collectors, Support networks, Public policy , Identity, Work

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ARS	Análise de Redes Sociais
ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CBO	Catálogo Brasileiro de Ocupações
CEMPRE	Compromisso Empresarial com a Reciclagem
CIISC	Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NMS	Novos Movimentos Sociais
ONG	Organizações não-governamentais
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PEA	População Economicamente Ativa
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PROVOPAR	Programa de Voluntariado Paranaense
OAF	Organização de Auxílio Fraternal
UNICEF	United Nations Children's Fund

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CENTRALIDADE DE INTERMEDIACÃO DOS CATADORES.....	53
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ATRIBUIÇÃO DE PESOS PARA FREQUÊNCIA.....	47
QUADRO 2 - NOMENCLATURA DAS INSTITUIÇÕES INDICADAS PELOS CATADORES.....	48
QUADRO 3 - DADOS DO PERFIL DOS CATADORES ENTREVISTADOS.....	48
QUADRO 4 - DADOS DO PERFIL DOS CATADORES.....	49

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - REPRESENTAÇÃO DA INDICAÇÃO DOS PARTICIPANTES E DOS INDICADOS PARA PARTICIPAR DA PESQUISA.....	54
FIGURA 2 - INSTITUIÇÕES QUE MAIS APOIAM OS CATADORES.....	57
FIGURA 3 - INSTITUIÇÕES QUE MENOS APOIAM OS CATADORES.....	61
FIGURA 4 - INSTITUIÇÕES REIVINDICADAS POR MAIS APOIO AOS CATADORES.....	65

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
2.	COMPREENENDO A IDENTIDADE DO(A) CATADOR(A) E A CONSTITUIÇÃO DOS CATADORES COMO SUJEITO COLETIVO.....	18
2.1	IDENTIDADE.....	18
2.2	IDENTIDADE COLETIVA: NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS (NMS).....	20
3.	A GÊNESE DO SUJEITO COLETIVO.....	28
3.1	IDENTIDADE DO CATADOR, DA CATADORA, E O SURGIMENTO DO MNCR.....	28
3.2	SURGIMENTO DO MNCR E AVANÇOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	33
3.3	TRABALHO, INVISIBILIDADE E O MITO DO DESENVOLVIMENTO.....	37
4.	METODOLOGIA DE ANÁLISE DE REDES.....	42
4.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	44
4.2	A AMOSTRA.....	45
4.3	A COLETA DE DADOS.....	46
4.4	O SOFTWARE UTILIZADO.....	49
5.	RESULTADOS E ANÁLISES DAS REDES DE APOIO.....	51
5.1	OS ENTREVISTADOS E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	51
5.2	IDENTIDADE.....	51
5.3	TRAJETÓRIA DE TRABALHO.....	55
5.4	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E VOLUNTÁRIA.....	57
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS.....	75
	APÊNDICE I - ROTEIRO ENTREVISTA CATADOR.....	84
	ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	88

1. INTRODUÇÃO

Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos.
(Carolina Maria de Jesus)

A catação de material reciclável tornou-se uma ocupação no Brasil, identificada e reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002, pela Portaria nº 397 do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2002), mas desde 1947 já havia registros em jornais, na literatura e em peças de teatro da sua existência (BOSI, 2008, p. 102). Na análise de Bortolini (2009, p. 106), o reconhecimento da catação não implicou mudança nas condições de vida e de trabalho dos catadores. Para o autor, esses são trabalhadores sem vínculo empregatício e sem direitos, ganhando, em geral, menos de um salário mínimo. Além disso, disputam materiais recicláveis com seus pares, não estão inseridos no sistema de gestão de resíduos e enfrentam a exploração da indústria da reciclagem. O surgimento desta ocupação ocorreu nas capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte em meados do século XIX e se expandiu por todo o Brasil até mesmo em municípios de pequeno porte¹. O registro dessa ocupação também é encontrado em vários países da América Latina, como a Colômbia, Argentina, Uruguai e México e países como Índia, Albânia, Bósnia e Herzegovina e Turquia (MEDINA, 2008, p. 3).

Estima-se que no país o número de catadores de materiais recicláveis esteja num intervalo entre 600 a 800 mil, mas existem divergências sobre esses números entre os principais órgãos que estudam, contabilizam e divulgam esses dados, entre eles: Censo/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR, 2014) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013). Além disso, em tempos de pandemia, processo potencializador da crise econômica na qual todo o mundo estava absorto, estes dados são ainda mais impactados, se considerarmos

¹ Existem várias classificações de porte de município (na área da saúde, por números de eleitores, etc.), mas, por definição, municípios de pequeno porte no Brasil são considerados aqueles com população até 50.000 hab (IBGE, 2001; WALDVOGEL, CAPASSI e MORAIS, 2020). IBGE, 2001. **Perfil dos municípios brasileiros:** pesquisa de informações básicas municipais. Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. WALDVOGEL, B.C.; CAPASSI, R; MORAIS, L.C.C. Dinâmica demográfica dos municípios de pequeno porte populacional no Estado de São Paulo. SP Demográfico. n°2, Ano 20, abr. 2020. Disponível em: https://www.seade.gov.br/producao/midia/2020/05/SPDemografico_n2_abril2020.pdf. Acesso em: 07/03/2021

a atual crise econômica que gera aumento do desemprego, da desigualdade social, forçando a precarização e flexibilização do trabalho.

Os catadores, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2019), são responsáveis por coletar e separar manualmente, em média de 15% a 90%² dos resíduos sólidos urbanos dos materiais recicláveis que alimentam a indústria de reciclagem brasileira. Apesar da coleta e separação dos resíduos sólidos, ou seja, a atividade do catador, desempenhar um papel preponderante para a reciclagem e para a indústria de reciclagem esta é executada em condições de extrema precariedade, informais de trabalho e baixa remuneração, o que evidencia o caráter perverso da atividade (MEDEIROS; MACEDO, 2007, p. 91).

O catador e a catadora de material reciclável vêm sendo sujeito de diferentes estudos, em especial sob a ótica da: economia solidária (SILVA, 2007); cadeia reversa de pós-consumo (AQUINO; CASTILHO Jr e PIRES, 2009); redes sociais e processos associativos em relação ao cooperativismo (MOURA, 2018); ação coletiva do movimento nacional de catadores (GONÇALVES-DIAS et. al., 2007); capital social (BRAGA; MACIEL e CARVALHO, 2018) e de sua situação social (SILVA; GOES e ALVAREZ, 2013); inserção (GONÇALVES-DIAS, 2009); remuneração; relevância do trabalho; questão de gênero, invisibilidade (MOTA e CRUZ, 2014); análise psicossocial (MIURA, 2004) e saúde. A contribuição desta pesquisa é a de identificar e mapear redes de apoio aos catadores em seu território.

Segundo o Anuário de Reciclagem (2020), as mulheres estão em maior número nas organizações de catadores. Esta é a realidade em todo o Brasil e comprova o protagonismo das catadoras nesses empreendimentos. A média nacional ficou em R\$ 932,19, mas essa média sofre variações nas diferentes regiões do país, como podemos ver abaixo. Das 138 organizações que ranquearam acima do valor médio de R\$ 932,19, 71 (51%) possuem um ou mais tipos de instrumentos legais com a prefeitura (contrato de prestação de serviço, termo de parceria ou convênio). Destacamos ainda que os estados que apresentam maior número de empreendimentos nesta situação são: Paraná, com 15, Minas Gerais, com 14, e Rio Grande do Sul, com 11.

² Os percentuais variam conforme o tipo de material, dentre eles: papel, plástico, alumínio, vidros, outros metais (ABRELPE, 2019).

Sendo o estado do Paraná destaque na atividade de catação, é oportuno que o território da aplicação da pesquisa seja um município paranaense. Essa municipalidade está localizada na costa oceânica sul do Brasil, com população estimada de 37.527 pessoas (IBGE, 2020). Trata-se do município de Guaratuba, cuja localização geográfica e proximidade com uma aglomeração de municípios litorâneos e a capital do estado do Paraná, tem sua população quadruplicada no período de temperaturas mais elevadas - dezembro a fevereiro -, atraindo inclusive trabalhadores informais (SULZBACH; DENARDIN; FELISBINO, 2012). A dinâmica econômica do município também atrai pessoas de outras localidades, por diversas razões, uma delas, a procura de empregos informais (ESTADES, 2003), pois, segundo dados IBGE (2018) apenas 21,5% da população ocupa vagas de trabalhos formais.

É sobre a realidade desses catadores e catadoras, de Guaratuba, que o objetivo geral desta pesquisa se delinea em identificar a sua rede de apoio. Através da entrevista, a principal pergunta a ser respondida foi: quem apoia/ajuda/coopera mais com você (catador/a)? E, como ponto de partida para as respostas, ofereceram-se opções como: movimentos sociais, ONGs, órgãos públicos, sindicatos, fóruns, entidades assistenciais, associações de bairro e associações comunitárias, lideranças locais e religiosas, entre outras, procurando mapear e analisar redes de apoio a estes.

Na primeira parte da pesquisa é abordado o conceito de identidade, a partir de Hall; Woodward (2000) e Elias; Scotson (2000), dado que catador é uma denominação do sujeito que se ocupa da coleta de materiais recicláveis, ou seja, do sujeito que se identifica ou é identificado como catador. Fossá e Saad (2006) apontam que os catadores são indivíduos que fazem parte da realidade da sociedade, mas ainda assim esta não os reconhece como parte dela.

São pessoas que, embora possuam sonhos e desejos, não são percebidos como iguais. É por meio da percepção da identidade que sujeitos se organizam em grupos, pensando e agindo em ações coletivas, podendo surgir um movimento social. A organização dos catadores não é algo isolado dessa realidade, existindo um movimento e uma organização em nível nacional, sendo citado por Gohn (1997) dentro dos “novos movimentos sociais”, os quais transcendem ao trabalho, e/ou categoria profissional, para uma identificação do sujeito. Foi através da organização e das ações coletivas, dos avanços e conquistas como o reconhecimento da

atividade em ocupação (BRASIL, 2002), a luta pelo fim dos lixões tratada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, e a instituição de responsabilização do estado e município pela reciclagem, que essa atividade vem transformando uma identidade, em uma identidade coletiva e numa organização em grupos, associações, cooperativas e movimento social.

Portanto, na primeira parte, incluem-se discussões sobre identidade coletiva e os novos movimentos sociais. Esses novos movimentos se fundem para construções coletivas de: luta por sobrevivência, direitos fundamentais e ambientais a partir da Eco/92, quando são estimulados à institucionalização em organizações civis, que anteriormente faziam partes de redes de movimentos e organizações não-governamentais (ONGs) informais. Os fóruns globais e as conferências internacionais estimularam também o diálogo interorganizacional e a participação em rede de uma grande multiplicidade de atores coletivos e de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2007).

Na segunda parte é abordado a identidade do catador, o surgimento do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável, como uma das formas (não obrigatórias) de organização. O movimento social para os catadores e as catadoras de Guaratuba chega de forma representativa, onde seus “líderes” ou representantes (formais ou informais) reconhecem a participação do movimento de forma regionalizada (Comitê Regional, sede em Curitiba), e o reconhecimento e incentivo desse tipo de organização por outras esferas, como ONGs, Fundações (Programa de Voluntariado Paranaense e Instituto Lixo e Cidadania) e o setor público (Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e do Trabalho).

A terceira parte trata da metodologia da pesquisa, desde a aplicação da entrevista, coleta dos dados primários, e o uso da ferramenta GEPHI para demonstrarmos as redes encontradas. As redes de apoio foram mapeadas e reúnem indivíduos e organizações, identificadas por eles mesmos, nas quais demonstram apoio em torno de objetivos comuns, mas também, de quem, os próprios catadores indicam que gostariam de ter mais apoio e quem não os apoia.

As redes de apoio foram mapeadas e reúnem indivíduos e organizações, identificadas pelos catadores, nas quais demonstram: apoio em torno de objetivos comuns; de quem gostariam de ter mais apoio; e quem não os apoia.

2. COMPREENDENDO A IDENTIDADE DO(A) CATADOR(A) E A CONSTITUIÇÃO DOS CATADORES COMO SUJEITO COLETIVO

2.1 IDENTIDADE

*Viver com dignidade é a nossa vocação
 Pois querendo ou não vivemos dos restos que caem no chão
 Achando garrafa de vidro, de plástico, alumínio ou qualquer outro material
 Se não se acha, um dia de fome vamos passar
 Porque dinheiro é difícil pegar
 Então me pergunto, quando tudo isso vai melhorar
 Se oportunidade não temos, de outro lugar trabalhar
 Como tudo será se o lixão acabar?
 Será um novo horizonte? Ou não? Não sei.
 (verso declamado por catadora no documentário “Essa gente vai longe” do
 MNCR)*

Identidade é uma categoria teórica importante nesta pesquisa para a compreensão do sujeito de análise: catador, usuário de alguma política pública, receptor de algum tipo de apoio de algum órgão ou instituição, civil, privada ou pública, associado ou cooperado. A identidade também pode aparecer como negação de características como explica Svampa e Pereyra (2003 apud Svampa, 2009, p. 10), “a identidade é uma experiência de autoafirmação e de uma identidade excluída.”

A categoria identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato - seja da natureza, seja da cultura. Ela não é fixa, estável, coerente, unificada ou permanente, nem tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica ou transcendental. A identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é uma categoria ligada a estruturas discursivas e de narrativas.

A identidade está ligada a sistemas de representação, com estreitas conexões com relações de poder. Ela é socialmente construída e modificada ao longo do tempo e das relações entre as pessoas, e adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais é representada. A representação atua simbolicamente para classificar o mundo e as relações em sociedade (HALL, 1997; HALL e WOODWARD, 2000, p. 52).

Para exemplificar a manifestação da identidade cultural, Stuart Hall e Kathryn Woodward (2000), no livro “Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais” usa a rivalidade entre “os povos” sérvio e croata, contada pelo escritor e radialista Michael Ignatieff. “Os povos” (como o escritor denominava) disputavam um território numa guerra, cujas diferenças só eram reparadas por eles. Assim, a identidade só pode ser identificada pela fala do sujeito, que destaca a diferença dele sobre o outro. Outro exemplo que demonstra que identidade é definida pelo sujeito pode ser observado no livro “Os estabelecidos e os *outsiders*: sociologia das relações de poder”, escrito por Nobert Elias e John L. Scotson (2000). Os autores descrevem, a partir da perspectiva sociológica, as relações de poder numa pequena comunidade, que para quem as observava pareciam a princípio ser iguais. Na comunidade havia dois grupos, que apesar de morarem na mesma rua e de terem o mesmo tipo de emprego (trabalham na mesma fábrica e função), se autointitulavam diferentes: os “estabelecidos”, que eram as famílias mais antigas na comunidade, e os “outsiders”, que vieram de outra cidade, não muito longe dali, não chegando a serem estrangeiros de fato. Esses dois exemplos auxiliam na abordagem sobre catadores, dado que somente eles podem se considerar ou se identificar como tal, ou como um sujeito com as características que os constituem como um grupo.

A identidade é, segundo Hall e Woodward (2008, p. 8), marcada pela diferença e, mais do que isso, ela é produzida por sistemas de representação também produzidos pela sociedade, detentora de símbolos e significados. A representação é compreendida como um processo cultural que estabelece identidades individuais e coletivas, e os símbolos são no que os indivíduos se baseiam para fornecer possíveis respostas às questões: *Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?* (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 142).

Os discursos e os sistemas de representação são construídos a partir dos lugares onde os indivíduos podem se posicionar e se expressar. Todas as práticas que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído, quem faz ou não parte de um grupo. Hall e Woodward (2000, p. 56) explicam que os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados.

A afirmação de uma identidade e marcação de uma diferença implicam operações de incluir e de excluir, também no desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso a bens sociais, estreitando as relações de poder (CASTELLS, 2003). O poder também está conectado com o outro por meio das representações de identidade e de diferença que assume. Como o poder de representar acaba por definir e determinar a identidade, a representação ocupa lugar central sobre identidade e sobre os movimentos sociais contemporâneos.

O capitalismo global, a exemplo, vem conduzindo para uma convergência de culturas pelo estilo de vida na sociedade e, também vem produzindo diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade do mercado global pode levar ao distanciamento da identidade da cultura local ou pode levar a uma resistência, fortalecendo ou reafirmando algumas identidades nacionais e locais, ou pode até mesmo levar ao surgimento de novas posições de identidade. As mudanças para uma economia global têm produzido dispersões de demandas não apenas nos mercados de bens e serviços, mas também de mercado de trabalho, levando a uma aceleração na migração de pessoas em busca de trabalho e sobrevivência.

2.2 IDENTIDADE COLETIVA: NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS (NMS)

De acordo com Gohn (1997, p. 15), a identidade não vem deslocada de um sujeito, e este demanda necessidades individuais e coletivas. Independentemente de serem individuais ou coletivas, as necessidades são alcançadas ou conquistadas por ações coletivas. Já para Melucci (1989, p. 57), reconhecer a necessidade do outro é uma das formas de se constituir uma identidade coletiva, ou seja, “a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social”. Para o autor, mesmo se isolada a “dimensão pessoal”, os indivíduos não são moldados apenas pelas condições estruturais, assim como não são indivíduos racionais apenas.

Na obra sobre a produção da sociedade, Alain Touraine (1973 apud Ghanem, 1989), um movimento social combina um princípio de identidade com oposição ao princípio de totalidade. Essa oposição ou conflito constitui e organiza o ator e sua identidade. Ainda em seus estudos sobre movimentos sociais numa

perspectiva voltada às ações (teoria acionista), Touraine propõe a representatividade do movimento por meio da ação de um grupo e como um ator coletivo (Gohn, 1999, p. 143).

As necessidades geradas pelos indivíduos produzem formas de abordá-las e conquistá-las, que poderão dar base a criação de solidariedade em um grupo ou coletivo (MELUCCI, 1994). No coletivo, surge um conjunto de práticas sociais, que incluem ações sociais e coletivas influenciando instituições e atores sociais, públicos e privados. Para Svampa (2009, p. 6-7), dentro da visão focada na análise de (re) construção de identidades coletivas, convergem perspectivas que enfatizam a heterogeneidade e complexidades das lutas sociais, bem como o caráter contingente e precário das identidades.

Ações sociais e coletivas resultam num processo relacional, criando identidade coletiva. E a partir desse processo os movimentos se constroem, mas também interrogam sua própria identidade. Os próprios atores dos coletivos são criados no curso das atividades, eles se constituem a partir da identidade que escolhem e os incorporam para definir suas ações. O ator individual transforma-se em membro do coletivo durante a ação coletiva, nela ele ganha identidade nova, que não é só sua, mas de parte do coletivo.

Segundo Melucci (1996) apud Gohn (2019, p. 70) identidade coletiva é

(...) uma definição interativa e compartilhada, produzida por certo número de indivíduos (ou grupos em níveis mais complexos) em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde estas ações têm lugar.

Para o autor, as ações coletivas dos movimentos sociais (referindo-se aos movimentos mais recentes que não de classe) não são motivadas por orientação “econômica” (custos e benefícios da ação) ou política. As ações respondem a solidariedade e identidade (MELUCCI, 1989, p. 53). Gohn (2019) sintetiza, entre outras abordagens, que a identidade coletiva fundamenta e explica demandas de movimentos sociais e políticas públicas a respeito de desigualdade social, inclusão e contra discriminações. Nesse ponto Svampa (2009, p. 02) converge, pois entende que os “novos movimentos sociais” ocuparam espaços urbanos, em “novas” lutas relacionadas às condições de vida e, portanto, à reivindicação de terras, habitação e espaços públicos.

No decorrer da história dos movimentos sociais, existe uma vertente na literatura internacional que realiza uma abordagem pós-estruturalista, centrada nos processos de construção das identidades dos chamados novos movimentos sociais (NMS). Nos anos 1960, esses movimentos emergiram nas sociedades ocidentais, com a rebelião estudantil, o ativismo pacifista e antibélico e as lutas pelos direitos civis.

Diferenciando-se dos anteriores, pois não somente são marcados pela dualidade entre classes, os NMS, segundo Hall e Woodward (2018) são expressões de garantia identitárias, como o feminismo, os direitos civis aos negros e a comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, identidade de gênero, assexuais), dentre outras identidades e grupos.

Para Svampa (2009, p. 7-8), esses movimentos explicam a presença de um conjunto de reivindicações distintas, com suas respectivas divisões de identidade, configurando um campo multiorganizacional extremamente complexo em suas possibilidades de articulação. As mobilizações desses movimentos são para além da conquista de direitos, o direito à expressão da identidade e da identidade coletiva.

Há várias formas de abordar os conceitos e momentos dos movimentos sociais. Para Svampa (2009, p. 8):

Os movimentos sociais são assim compreendidos, dentro de uma história mais ampla, que inclui diferentes momentos e etapas, desde as origens, ascensão, pico, crise e reconfiguração, em seus diferentes alinhamentos e aspectos político-ideológicos. Estamos, portanto, diante de uma abordagem que privilegia uma concepção dos movimentos sociais como atores coletivos, plurais, abertos, impuros, dinâmicos, que registram sua ação em diferentes níveis, sempre em um campo multiorganizacional e, portanto, com articulações difíceis e complexas. Longe de qualquer linearidade ou imagem purista, reconhece que há momentos em que os movimentos sociais refletem tendências corporativas e particulares e outros momentos, especialmente em processos de mobilização ascendente, em que desenvolvem a capacidade de articular demandas mais gerais, capazes de interpelar o todo da sociedade por meio da intersecção com outros movimentos ou organizações sociais.

A diferenciação conceitual entre movimentos sociais tradicionais ou velhos e novos movimentos sociais, tem sido constatada por mudanças em nível organizacional e valorativo, com implicações no rumo de suas ações políticas. Para Week (1994 apud HALL E WOODWARD, 2018, p. 35) os novos movimentos sociais,

[...] têm adotado uma posição não essencialista com respeito à identidade. Eles têm enfatizado que as identidades são fluidas, que elas não são essências fixas, que elas não estão presas a diferenças que seriam permanentes e valeriam para todas as épocas.

Reforçamos que os conceitos e interpretações sobre movimentos sociais são amplamente estudados e constituem um amplo paradigma. Para Svampa (2009, p. 22), esse “ecletismo teórico” sobre os movimentos está longe de demonstrar fraqueza, muito menos o produto de uma posição pragmática, que existem várias abordagens, inclusive considerando a “perspectiva territorial”, as identidades, classes sociais ou a heterogeneidade.

Para Touraine em *Palavra e Sangue* (1989 apud Gohn, 1999) em que aborda movimentos sociais latino americanos, ele tratou dos movimentos camponeses, indígenas, messiânicos, étnicos, movimentos de reivindicações urbanas, comunitarismo religioso, movimentos de lutas nacionais etc. Diferente apenas de uma dualidade, esses movimentos foram analisados como lutas gerais entre adversários e apresentam vários tipos de conduta: reivindicativa, revolucionária, populista e comunitarista.

Os NMS dos anos 1970, liderados pelos movimentos de mulheres, antinucleares, ecologistas e regionalistas, segundo Melucci (1981, apud GOHN, 1997), caracterizam-se como contracultura, exigindo mudanças culturais radicais, muitas vezes em espaços de política não institucional, cuja existência não está prevista nas doutrinas nem na prática da democracia liberal e do Estado de bem-estar social.

Já os NMS dos anos 1980 caracterizavam-se pela dimensão ética: apelo para a sensibilidade coletiva (em nome da paz, da democracia, da vida e contra a fome, a miséria, a discriminação) e para a responsabilidade individual em relação ao futuro coletivo. Estes movimentos, que se proliferaram na década de 1970 até meados da década de 1980, tiveram relevância política durante o regime autoritário, pois se tornaram um espaço de expressão política possibilitando o surgimento de novos atores sociais.

Questões do cotidiano transformam-se em demandas políticas e instrumentos de defesa de direitos à cidadania ou de contestação ao autoritarismo. Para Melucci (1994), os movimentos sociais dessas décadas desempenharam seus propósitos, ao mesmo tempo em que transformaram as instituições políticas. A partir

da segunda metade da década de 1980, muitos grupos e movimentos se reorientaram e passaram a participar de redes mais amplas de pressão e de resistência. Para Gohn (1997, p. 174 e p. 252):

O que gera os movimentos sociais são organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens de serviços que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos. (...) Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.

Para os anos 1990, a passagem para um novo tipo de sociedade, marcada pela associação entre globalização e neoliberalismo, teve um impacto importante ao nível da ação coletiva, o que se expressou na limitada eficácia dos repertórios tradicionais de mobilizações, com inflexões, crises e fragilização das lutas (Svampa, 2009, p. 3).

Como ponto relevante na década de 1990 foi o significado e o alcance político criado pelas redes desses novos movimentos (*network organizations*). Para Melucci (1989, p. 61), essa rede de movimentos sociais pode ser composta por grupos menores, locais, “imersos na vida cotidiana”, que funciona com sistema de trocas (pessoas e informações circulando ao longo da rede), e que mesmo, embora tenham decrescido numericamente, fortaleceram-se qualitativamente por intermédio das organizações não-governamentais (ONGs).

Os NMS deram abertura para que parte deles se transformassem em associações (de bairro, comunitária ou de trabalhadores), ONGs, fóruns, entidades assistenciais. Essas possibilidades de diferentes instâncias participativas que se deslocam para “um terreno não político” (MELUCCI, 1989, p. 54). Esses movimentos são caracterizados pela “capacidade dos atores partilharem uma identidade coletiva (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como parte de uma unidade)”.

Nas últimas décadas, os NMS têm reivindicado direitos de construir e assumir a responsabilidade de suas próprias identidades, com ações coletivas voltadas a grupos específicos, como por exemplo, as mulheres negras têm lutado pelo reconhecimento de uma pauta específica no interior do movimento feminista, resistindo, assim, aos pressupostos de um movimento de mulheres baseado apenas

na categoria unificada de “mulher” que, implicitamente, inclui mulheres brancas (HALL E WOODWARD, 2018).

Para Svampa (2009, p. 7-8), os movimentos na América Latina têm se multiplicado e ampliado sua capacidade de representação com os movimentos indígenas e camponeses, movimentos territoriais urbanos, socioambientais, coletivos culturais que possuem reivindicações, às vezes, heterogêneas reafirmando as diferenças e clamando por reconhecimento, mas que são congruentes com lutas por justiça e direitos fundamentais a todos. O engajamento dos movimentos, as reivindicações por direitos e a construção de pautas dão surgimento a políticas públicas direcionadas que oferecem programas e serviços assegurando, por meio de legislações, a continuidade dos direitos alcançados.

Outra característica dos NMS é a articulação entre esses e os movimentos ambientalistas (SCHERER-WARREN, 1993, p. 203), inclusive em forma de redes. Para a autora, a conclusão de seus estudos sobre a articulação entre as lutas pela preservação da natureza e as lutas pela preservação de um determinado modo de vida são as possíveis formas já existentes e pouco estudadas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diversos, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo.

Têm sido apontados como temas privilegiados nas análises dos movimentos sociais no Brasil, os de caráter econômico, como a questão da expropriação de terra, da exploração do trabalho e da subordinação ao capital; os de caráter político, tais como a luta pelos direitos à cidadania, a questão da organização e socialização política; e os referentes às dimensões culturais e simbólicas, destacando-se as questões referentes à religiosidade popular, à construção de identidades sociais, à consciência social. Na perspectiva de movimentos jurídicos³, temos o movimento de direito alternativo, pluralismo jurídico e o direito insurgente.

Até então, o que demonstram os estudos é que os movimentos sociais têm passado à margem da preocupação com a problemática ambiental. Traz a tona, se a maioria dos movimentos sociais, inclusive os ligados às questões do campo, focam-se predominantemente nas ciências humanas, e pouco consideram relevantes questões sobre o meio ambiente.

³ Para melhor entender as características e distinções, verificar em SOUSA JUNIOR, J. G. de (2015). **O direito achado na rua**: Concepção e Prática. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2015.

Contudo, já observamos e compreendemos que a conjuntura política, econômica e histórica, reflete na mudança de princípios de quase todos os movimentos sociais, assumindo assim uma forma de redes com conteúdos, além de éticos, de lutas pela sobrevivência e defesa da natureza.

A ciência, os dados científicos e a interdisciplinaridade trouxeram reflexões que indicam uma articulação substantiva entre natureza (expressa na luta ambientalista) e humanidade (expressa na luta pela sobrevivência) nos países do Terceiro Mundo. Articulação esta que objetiva constituir-se em força de transformação do sistema e poder instituídos, através da construção de um projeto popular alternativo. Além disso, tudo indica que tanto a emergência de um discurso ecológico no seio dos movimentos populares, como a noção de sobrevivência, a qual é reconstruída politicamente por estes atores, articula-se para dar fundamentação a seus projetos de construção de cidadania social e política.

Portanto, trata-se de uma articulação que deve ser situada historicamente, no contexto do desenvolvimento dos movimentos sociais (em nível nacional e internacional) e no contexto da crise do Estado contemporâneo para atender às demandas populares. Esses movimentos poderiam estar buscando uma relegitimação de suas necessidades através de novos discursos, por exemplo, o ecológico. Resta acompanhar o desenvolvimento destes movimentos para se avaliar em que medida a articulação de tais interpelações (natureza e humanidade) possibilitarão o surgimento de uma objetiva consciência ecológica humanizada (SCHERER-WARREN, 1993, p. 109-110).

Ao longo dos anos 1990, há que se ressaltar que o socioambientalismo tem exercido um forte apelo aglutinador em torno da questão da reciclagem, vista agora também como um problema ambiental relevante, sobretudo nos grandes centros urbanos. A luta dos catadores tem sido amplificada pela maior divulgação da noção de desenvolvimento sustentável. Neste caso, os catadores têm explorado bem a conexão entre meio ambiente e as questões sociais. Assim, a catação sai da qualificação de um problema social e ganha *status* de solução socioambiental, o que vem conferindo uma maior legitimidade às demandas colocadas pelo Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR).

Por outro lado, esta estratégia também legitima o circuito para produção-consumo-descarte cada vez mais acelerado. Por conta da necessidade de as empresas resguardarem sua imagem, elas enxergam na reciclagem uma

oportunidade de reconhecimento, prestígio e por que não, propaganda (*marketing*) (GONÇALVES-DIAS, 2009, p. 75).

Nos anos 2010, após uma pretensa calma nas reivindicações e lutas dos movimentos sociais, talvez uma suposta esperança em tempos melhores com a propaganda “enganosa” de progresso e “desenvolvimento” dos projetos neoliberais pelo mundo, rapidamente a confiança foi rompida. Para Castells (2013, p. 6), o sentimento geral de humilhação e indignação foi gerado pelo cinismo e arrogância das pessoas que estavam no poder, em sua maioria, indicadas e “autorizadas” pelos processos democráticos, como as eleições, também na maioria das vezes, pelo voto direto.

Muitos dos movimentos têm características como: desconfiança da mídia, rejeição a partidos políticos (gerados pela desconfiança nos políticos corruptos), não reconheciam apenas uma liderança, utilizavam de redes sociais para se comunicarem e debaterem (CASTELLS, 2013). A forte característica desta fase em relação à articulação dos movimentos é a utilização da rede de comunicação “sem fio”, com rápida difusão de imagens e ideias que viralizam.

Sendo assim, apesar da nova característica do movimento se comunicar, debater e se engajar utilizando a internet, muito de sua formação se assemelha ao surgimento de qualquer outro movimento social anterior. Ou seja, a genuinidade dos movimentos ainda está nas indignações das pessoas, o que as move são perdas, desgastes, humilhações, conflitos e desesperança.

3. A GÊNESE DO SUJEITO COLETIVO

3.1 IDENTIDADE DO CATADOR, DA CATADORA, E O SURGIMENTO DO MNCR

*Vamos conscientizar essa nação
Porque ser catador agora, já é profissão⁴
Eu quero conscientizar não só catador
Mas, a cúpula do poder
Porque ser catador agora é pra valer
(verso declamado por catadora no documentário “Essa gente vai longe” do
MNCR)*

Posta a definição de identidade e uma breve discussão sobre identidade coletiva e novos movimentos sociais, chega-se então ao objeto da pesquisa que é o sujeito catador. Para Benvindo (2010), esse sujeito é “ator econômico e social” pela atividade de catação. Nesse estudo, o autor ainda faz uma discussão sobre “nomeação” (e “nomeação imbricada”), “identificação” e “autorização”⁵ do catador. Outro estudo que realiza uma análise psicossocial do catador, numa perspectiva dialética exclusão-inclusão, conclui a possibilidade de “potencialização” da vida para o “excluído” quando participante de um grupo organizado (MIURA, 2004, p. 7).

Para Mayer (2009), às grandes transformações ocorridas no processo de trabalho pela dita “modernização capitalista” invalidam socialmente grande parte dos trabalhadores que não atendem mais aos requerimentos dos novos parâmetros de produtividade e competitividade.

Se, por um lado, tal fato remete para os processos de dissociação de trabalhadores, que antes pertenciam a uma dada estrutura produtiva, revelando desta forma uma crise das formas de inserção social assentadas no assalariamento da força de trabalho, por outro, diz pouco acerca daquele contingente de trabalhadores que nunca possuíram um emprego formal e, por consequência, direitos trabalhistas reconhecidos. Ainda para o autor, especificamente os catadores, raramente ou nunca tiveram registro formal de trabalho, e antes do reconhecimento

⁴ A catação é reconhecida desde 2002 como ocupação e não como profissão pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da Classificação Brasileira de Ocupação (MIURA, 2004, p. 12)

⁵ Sobre o estudo citado ver em BENVINDO, A. Z. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. Dissertação apresentada ao Centro de Estudos e Pós-graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília (DF), julho 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6948>. Acesso em: 23/05/2021

de sua ocupação, sequer eram contabilizados no contingente da população economicamente ativa do país.

E nessas condições os trabalhadores reivindicam o reconhecimento de sua identidade enquanto catadores, justamente para demarcar sua condição ante a outros possíveis termos de identificação marcados por uma aceção mais “neutra” ou mesmo técnica de sua ocupação. Ainda para Mayer (2009), os catadores ao afirmarem sua identidade perseguem o reconhecimento de sua dignidade, bem como a própria condição de cidadão, que, do ponto de vista dos direitos sociais, lhes é negada.

Pode-se relacionar ainda a teorização acerca do reconhecimento social com a afirmação identitária presente nas lutas levadas a cabo pelos catadores organizados em associações, cooperativas, grupos e movimentos sociais. A apropriação da identidade de catador se inscreve num movimento que busca corrigir os efeitos nocivos e prejudiciais na autoimagem dos trabalhadores em associações de reciclagem, mediante a refutação do eventual conteúdo pejorativo desta imagem projetada pela representação cultural dominante.

A identidade do catador foi sendo construída com o surgimento e a necessidade dessa ocupação. Desde os anos 1950, nas grandes capitais do Brasil há conhecimento da atividade no cotidiano de pessoas que saem às ruas e vivem do que encontram nos lixões (SILVA, 2006). Para Mayer (2009), a seletividade do processo de modernização contribuiu para a reprodução da desigualdade em ampla escala, no que se relaciona ao acesso da maior parte da população à provisão de bens públicos, gerando desta forma uma condição de subcidadania.

A identidade de que trata este trabalho inerente à pauperização e exclusão nas economias capitalistas dependentes revela o teor desta atividade, caracterizada pelas expressões concretas da superexploração da força de trabalho, em sua faceta mais violenta (trabalhadores sem direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia). A consciência das privações, das ausências manifestas na presença da injustiça de toda ordem, é operacionalizada pela vivência real, concreta, da superexploração. É um processo de trabalho (diverso, produtor de diferentes valores de uso e transformado em padrão desigual entre assalariados formais, trabalhadores informais, e entre estes últimos, condições as mais perversas possíveis para uma ampla maioria) orquestrado para se transformar em processo de valorização (mais

valia, trabalho não pago apropriadamente pelo capital antes mesmo de realizar mercadoria na venda).

Antes mesmo da identidade forjada na luta pela existência digna no e do trabalho que exercem, estes homens e mulheres são seres despossuídos da condição de proprietários inclusive na oferta de sua força de trabalho no mercado. Estes sujeitos, em meio à inclusão, encontram mecanismos para garantir sua subsistência e de sua família. Portanto, o trabalho é o eixo de conexão a partir do qual gravitam as identidades e percepções analisadas.

No início dos anos 1980, na cidade de São Paulo, um grupo religioso conhecido como Organização de Auxílio Fraternal (OAF) (EIGENHER, 2014, p. 119), trabalhava com pessoas que viviam nas ruas do centro e havia percebido uma população, que mesmo sendo conhecida como “moradores de rua”, buscava sua subsistência nos resíduos descartados pelas casas, indústrias e comércio da região: esses resíduos secos, papelão, latas, alumínio, vidros e plásticos eram geralmente comercializados com intermediários, para posteriormente serem revendidos a indústrias. Assim, o grupo mesmo não sendo um coletivo de pessoas organizadas, trabalhava em diferentes pontos da cidade, efetuando uma coleta seletiva dos resíduos.

E foi nesse período, também, que as questões do tratamento adequado aos resíduos sólidos urbanos e à reciclagem integram o conjunto de temas que ascenderam à agenda contemporânea de debates sobre o desenvolvimento sustentável. Sobretudo após o início dos anos 1980, com o fortalecimento da temática ambiental em todo o mundo, evidenciando uma preocupação global e imediata.

Nesse prisma, os trabalhadores e as trabalhadoras que se autorreconhecem como catadores(as) de material reciclável realizam um serviço de utilidade pública muito importante no contexto atual das cidades, atuando na coleta de materiais para reciclagem que, caso fossem descartados, ocupariam maior espaço em aterros sanitários e lixões.

Assim, em julho de 1985, a partir de uma iniciativa da Comunidade dos Sofredores de Rua é criada a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis em São Paulo/SP, que tinha como proposta ser um órgão de “defesa e apoio dos interesses dos catadores de papelão e promover sua organização” (SANTOS et al., 2011). As reivindicações, a partir daqui, versarão

contra a estigmatização do “profissional catador”, do reconhecimento da profissão, direito à Previdência Social e segurança no trabalho.

Ainda durante o ano de 1985, num conflito político com a administração municipal da cidade de São Paulo (Prefeito Jânio Quadros), os catadores organizados pela Comunidade dos Sofredores de Rua marcharam pelas principais ruas de São Paulo, exigindo o direito à circulação de carrinhos no centro da cidade (SILVA, 2006). Essa marcha pode ser considerada um dos pontos altos de organização dos catadores, antes mesmo da concepção de um movimento social.

No entanto, somente quatro anos depois dessa primeira conquista é que em maio de 1989, em São Paulo, será criada a primeira cooperativa de reciclagem do Brasil, a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis Ltda. (COOPAMARE), num terreno doado pela administração da prefeita Luiza Erundina.

Contudo, há indícios que a organização e a perspectiva de geração de renda e autonomia que o trabalho desses profissionais traz consigo, motivam durante toda a década de 1990, a articulação e a ampliação do trabalho cooperativo em diversas cidades do Brasil. Nessa década surge a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis (ASMARE) em Belo Horizonte/MG, uma das maiores cooperativas brasileiras e hoje a única a ter uma usina de reciclagem dirigida pelos próprios catadores.

Quanto às denominações desse sujeito, até então, os catadores eram identificados, em pesquisas como o Censo, por diferentes nomenclaturas, muitas delas rechaçadas por eles próprios, por identificá-las como pejorativas. Para se ter uma ideia, no Censo 1991, em *Outras ocupações e ocupações mal definidas*, constava a atividade de *lixeiro*.

No Censo de 2000, a atividade de *lixeiro* foi substituída por *catadores de sucata*. Apenas no Censo de 2010 a atividade está representada como *coletores de lixo e material reciclável, classificadores de resíduos e varredores e afins*. Essa denominação está mais próxima daquela utilizada pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e da forma como os catadores se identificam, possibilitando, assim, uma análise social mais ampliada acerca desse público em todo o território nacional.

O reconhecimento da ocupação de catador de lixo, com a descrição e regulamentação de sua atividade no âmbito na CBO, contribui para romper com a

invisibilidade social dos trabalhadores em associações de catadores de lixo, bem como dos próprios catadores independentes nos dados estatísticos oficiais sobre a População Economicamente Ativa (PEA). O reconhecimento da atividade de catador, além de implicar no reconhecimento público de uma ocupação, contribui também para a conformação de uma identidade coletiva, já colocada neste estudo (MAYER, 2009).

Numa visão mundial, essa “nova identidade” catador, pode ser derivada da emergência da resolução da crise ambiental, porém diferentemente da luta de classes dos trabalhadores e do movimento feminista ou de negros ou de gênero, ela é localizada (países em desenvolvimento da América Latina e Índia). Pois, na Europa são as empresas que recolhem os resíduos, se responsabilizam por eles, bem como a população residente deve separá-los, ou seja, não é uma identidade transformada, mas sim, uma identidade que se forma, tem sua origem em tempo e espaço definido, não sendo resultado da transformação do indivíduo "catador".

O reconhecimento de identidade traz, em conjunto, o reconhecimento por direitos e por consequências do “estatuto de cidadão” nas sociedades modernas, republicanas e democráticas. Tal noção parte do pressuposto de algo que é comum a todos os seres humanos e que concorre para a institucionalização da igualdade através da definição de direitos expressos no conceito de cidadania.

Para Silva (2006), a implementação de políticas sociais busca equalizar direitos, atenuar desigualdades e evitar estratificações perversas configuradas na distinção entre cidadãos. Ou seja, a institucionalização dos direitos sociais só se efetiva historicamente a partir das pressões das classes trabalhadoras e é no âmbito da ampliação desta esfera dos direitos atribuídos historicamente.

Ainda neste aspecto, a experiência do reconhecimento formal de uma ocupação, por exemplo, pode traduzir, para os grupos sociais marginalizados, o reconhecimento público de seus direitos enquanto indivíduos com a mesma condição de igualdade e equidade. O que, por sua vez, contribui para estabelecer sua condição de pertencimento como membros de uma sociedade que compartilha com os demais membros os mesmos direitos.

3.2 SURGIMENTO DO MNCR E AVANÇOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

O 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável, ONGs, Poder Público e Setor Privado realizado na cidade de Belo Horizonte (MG), ocorreu em setembro de 1999, quando foi criado extraoficialmente o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (MNCR, 2004).

Somente em 2001 em decorrência do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que reuniu mais de 1.700 catadores, impulsionou-se a luta por direitos em diversas regiões do Brasil. Nessa ocasião foi lançada a Carta de Brasília, cujo documento expressa as necessidades da população sobrevivente da coleta desses materiais. O 1º Congresso Latino-americano de Catadores, em 2003, agrupou catadores de diversos países e divulgou a Carta de Caxias, que difunde a situação dos catadores da América Latina e unifica a luta desses trabalhadores nos países da região (MEDEIROS; MACEDO, 2006).

Ainda segundo o site do MNCR (2004), o movimento começa a mostrar sua força nacionalmente com as articulações regionais no Brasil. Com a Declaração de Princípios e Objetivos, o MNCR norteia suas ações para a autogestão, a democracia direta, a ação direta popular, a independência de classe, o apoio mútuo e a solidariedade.

Como todo movimento (se não, não faria sentido o nome), segundo GONÇALVES-DIAS et al. (2007), o MNCR tem procurado estabelecer frentes de articulação, mobilização e interlocução com atores governamentais e empresariais na defesa de seus interesses. Entende-se que a organização destes trabalhadores através do MNCR se dá em torno de dinâmicas complexas, podendo haver entre eles grupos e lutas internas que influenciam na elaboração de estratégias do movimento como um todo. Assim, também é relevante estudar a dinâmica de organização dos movimentos sociais, visto que em meio a elas, emergem estratégias e táticas, que também são influenciadas pelo contexto institucional e pelas mudanças de táticas de atores dominantes.

No Paraná, a legislação relativa aos resíduos sólidos urbanos, Lei nº 12.493, de janeiro de 1999, não prevê qualquer mecanismo de apoio aos catadores. Não obstante, o Artigo 3º estabelece que a geração de resíduos sólidos, no território do estado do Paraná, deverá ser minimizada através da adoção de processos de baixa geração de resíduos e da reutilização e/ou reciclagem de resíduos sólidos, dando-se

prioridade à reutilização e/ou reciclagem a despeito de outras formas de tratamento e disposição final, exceto nos casos em que não exista tecnologia viável.

A partir de 2003, no primeiro ano do primeiro mandato do Presidente Lula, o governo federal assume uma postura francamente favorável às demandas dos catadores de materiais recicláveis com investimentos inclusive em capacitação de lideranças. Após a implantação do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), várias ações, leis e projetos de lei tomaram corpo no conjunto de políticas sociais do governo federal. Ademais, foram cumpridos editais de apoio às cooperativas e associações de catadores e aplicados recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O marco inicial das políticas públicas em favor dos catadores foi o Decreto de 11 de setembro de 2003, que criou o CIISC. Em 2006, o Decreto nº 5.940 instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Em 2005, o MNCR participou do 2º Congresso Latino-Americano de Catadores de Materiais Recicláveis em São Leopoldo (RS) com outros movimentos e entidades da América Latina. Em 2007, foi estruturada a Secretaria Executiva do CIISC, que entre outras atribuições acompanhou o cumprimento do Decreto nº 5.940.

Em 2009, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada pelo Legislativo trazia em seu Artigo 34 a possibilidade de transferência de recursos a título de auxílios, conforme previsto no Artigo 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 1964, para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam, entre outros: voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos.

O Ministério do Planejamento, por meio da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, dispôs sobre os critérios de sustentabilidade a serem observados quando na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O Artigo 6º da instrução estabelece que os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão, quando couber, a

separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem. Ademais, na aquisição de bens os órgãos da administração pública poderão exigir entre seus critérios que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

Deste modo, o mercado de recicláveis pode receber um estímulo de demanda bastante importante. O ano de 2010 marca um momento importante para a gestão dos resíduos sólidos no Brasil. Trata-se da aprovação e regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 e Decreto nº 7.404). Em 2010 é instituída a Lei nº 12.305 conhecida também como Política Nacional de Resíduos Sólidos, cuja lei cria metas que deveriam contribuir para a eliminação dos lixões até 2021. Além da responsabilização dos resíduos pelos municípios, a aplicação da lei evidenciou o interesse na gestão de resíduos sólidos por empresas que lucram com esse negócio, afinal, esses resíduos são coletados e destinados a um local específico ou processados para serem reutilizados através da reciclagem.

O Decreto nº 7.405 de 2010 instituiu o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do governo federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento (Artigo 1º).

O Pró-Catador poderá firmar convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação, termos de parceria, ajustes ou outros instrumentos de colaboração, com órgãos ou entidades da administração pública federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; consórcios públicos; cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; e entidades sem fins lucrativos que atuem na incubação, capacitação, assistência técnica e no desenvolvimento de redes de comercialização, de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, ou na sua inclusão social e econômica.

Segundo Pinhel (2013), em relação aos governos municipais, desde 2012, prefeituras devem cumprir ações mais diretamente relacionadas aos catadores,

como a elaboração de um plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos com a inclusão de catadores; a redução de resíduos por meio de programas de pré-seleção, reciclagem e reutilização; e o reconhecimento, a capacitação e o apoio às organizações de catadores de materiais recicláveis.

A atuação dos catadores junto ao poder público, no que tange a esses três itens, dá-se pelos seguintes motivos: primeiro, porque o plano de gerenciamento deve apresentar uma frente de coleta seletiva na qual os catadores são os principais agentes; segundo, porque a diminuição da disposição de resíduos por meio do estabelecimento de pré-seleção pode ser entendida como segregação, triagem, acondicionamento e posterior venda do que é reciclável, atividades que competem aos catadores; e, por fim, o reconhecimento e a valorização dos catadores de materiais recicláveis e sua inclusão social só podem ser conseguidos com a participação ativa da categoria.

E na conquista dessas pautas instituições como o Ministério Público (Meio Ambiente e Trabalho) são aliadas influentes, que viabilizam informações ou manifestam apoio às demandas ambientais e do coletivo, nesse caso, os catadores. O poder da influência representa certo fortalecimento na demanda, na medida em que detém posições institucionais que lhes garantem legitimidade e força, sobretudo no caso do Judiciário (LOSEKANN, 2013, p. 318).

Mas não é somente no Judiciário que ocorre a manifestação da legitimidade, força, e por assim dizer, influência e poder. São as relações humanas, com objetivos comuns, em muitas vezes dadas mediante dificuldades de sobrevivência e reprodução da vida, que fazem surgir o interesse em estudar os movimentos sociais e em especial, o surgimento e a trajetória dos movimentos dos catadores. Se, por exemplo, o Judiciário encontra legitimidade constitucional, inegável poder e força, no contraponto o movimento social tem como meta as demandas das bases de forma coletiva e popular explicitando as necessidades e carências. Portanto, nesse caso, coube pesquisar e compreender se, mesmo em cidades de pequeno porte (como o município limítrofe de Matinhos), há conhecimento e integração dos catadores de materiais recicláveis com grupos maiores e mais articulados em grandes capitais.

3.3 TRABALHO, INVISIBILIDADE E O MITO DO DESENVOLVIMENTO

*Antigamente o que oprimia o homem era a palavra calvário; hoje é salário.
O maior espetáculo do pobre da atualidade é comer.
(Maria Carolina de Jesus)*

No item anterior, discutimos sobre o surgimento da identidade do catador e o movimento social relacionado, e como o catador foi se encontrando nessas relações, nas experiências e na própria negação de algumas outras identidades para se afirmar. E essa identidade se formou através de sua atividade de trabalho com o material reciclável, que não é trabalhar como “lixeiro” em uma empresa de limpeza urbana, por exemplo, e não se resume a “ser carroceiro”, quando somente carrega o material reciclável e revende para os ferros-velhos, e para as empresas atravessadoras de reciclagem.

O catador é esse sujeito que se adapta a trabalhos de baixíssima remuneração (também por falta de qualificação), os chamados “subempregos”, e encontra na atividade de catação uma forma digna de trabalho, às vezes, até entendendo essa atividade como livre do compromisso “patrão x empregado”.

Todas essas mudanças globais e locais, de relações com o trabalho, emprego, renda e de relações sociais também modificam as organizações sociais, que já não se configuram mais somente em “classes sociais” ou “proletariado x burguês” como as teorias de Marx. Para Touraine (1994 apud Gohn, 1999, p. 152) as relações sociais e as ações coletivas colocam que “a noção de movimento social deve tomar o lugar da noção de classe social”, porque atualmente “não se trata mais de lutar pela direção dos meios de produção e sim pelas finalidades das produções culturais, que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa”.

O catador, a catadora, não se apresenta apenas na dualidade entre “proletariado x burguês”, ou entre proprietários e não proprietários, mas para além do interior de cada grupo, na existência desigual entre indivíduos que se identificam, ou não, com identidades originadas no cotidiano do trabalho, da exclusão, do território. Esses grupos se organizam em vários tipos de movimentos sociais, como por identificação baseadas no gênero, na “raça”, na etnia ou na sexualidade e no tipo de atividade que exerce, ou mais, no não reconhecimento e valorização dessa atividade. Ainda reforçando a teoria de Touraine (1996 apud Gohn, 1999, p. 152) não apenas em relação ao movimento dos trabalhadores, mas na produção recente,

dado às mudanças e o impacto da globalização na territorialidade e na soberania das nações, a crise e o declínio das instituições, as tensões individuais e dos grupos sociais entre o que querem ser (seus valores) e que realmente são na sociedade.

Relacionar-se com entidades e movimentos sociais não é o mesmo que ser um movimento social. Desta relação de aprendizagens e trocas mútuas entre diversos indivíduos em luta por sua existência, é imprescindível, no entanto, explicitar, como sujeitos de relações, essa transitividade entre sujeitos de diferentes espaços. A experiência cotidiana forjada na complexidade do mundo do trabalho expõe a tênue linha que separa a ação individual da relação coletiva cotidiana, abrangendo um processo de cooperação, participação e parceria em redes que complexifica a análise sobre o sentido de movimento social no século XXI.

Segundo Silva, Goes e Alvarez (2013, p. 5), o segmento social dos catadores de material reciclável integra o cenário urbano no Brasil há muitos anos, convivendo em espaços espalhados nas pequenas e grandes cidades. Seus primeiros registros datam do século XIX, o que demonstra que tal fenômeno praticamente acompanhou todo o processo de urbanização no país. De maneira geral, trata-se de pessoas que encontram nessa atividade a única alternativa possível para realizar a sobrevivência por meio do trabalho, ou pelo menos aquela mais viável no contexto das necessidades imediatas, dadas as restrições que lhes são infringidas pelo mercado de trabalho.

Portanto, catador de material reciclável é uma ocupação, já que não há exigência para a sua atividade de nenhuma qualificação. Isso fica bem evidente nos dados da pesquisa sobre o grau de escolaridade. Segundo diagnóstico da Situação Social das Catadoras e Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (IPEA, 2013), esta população é constituída em sua maioria por mulheres (80,8%), com idade média de 37 anos. O trabalho dos catadores é responsável por 52,55% da renda familiar, que atinge R\$ 978,28. As famílias são formadas, em geral, por quatro pessoas (média de 4,32 moradores por domicílio) e há uma média de dois filhos por família.

Na esfera do trabalho, Rodriguez (2002) aponta para o aumento de um dualismo: de um lado coloca uma margem pequena de trabalhadores qualificados, e, de outro, um número extremamente maior de trabalhadores não qualificados e envolvidos em trabalhos precários, mal remunerados e temporários, sobretudo no

setor informal. Esses últimos, por estarem fora ou precariamente envolvidos na esfera do trabalho, acabam por deparar-se com o fenômeno da invisibilidade social.

Essa precariedade referente à atividade, e nesse caso, à catação, refere-se ao trabalho mal remunerado e pouco reconhecido. Refere-se ainda à instabilidade de ter ou não a remuneração, à restrição dos direitos sociais, medo do adoecimento e pouca perspectiva de mudança da realidade. Para Antunes (2000, p. 38), a precarização e a degradação do trabalho são duas manifestações virulentas e graves dessa “era” pós-moderna num contexto de “crise estrutural do capital”.

Já para Soares (2006), a invisibilidade social pode ser entendida como um mecanismo inventado pela sociedade, através do qual os indivíduos considerados indesejáveis são excluídos do que a sociedade produz: bens materiais e simbólicos, como também têm o seu aniquilamento justificado a partir do momento em que sua existência é ignorada como pertencente à vida social.

Em se tratando das disparidades sociais existentes na sociedade atual, Pochmann (1999), por sua vez, indica o aprofundamento de formas tradicionais de exclusão, tais como o subemprego, os baixos rendimentos e a informalidade, às quais se agregam novas formas de exclusão relativas ao desemprego aberto, ocupações atípicas e precarização das condições e das relações de trabalho. O autor alerta para o fato de que, se por um lado essas novas formas de exclusão têm se consolidado, por outro, os mecanismos tradicionais de proteção social destinados a enfrentar e a amenizar a exclusão encontram-se bastante comprometidos.

Assim convém salientar, que o trabalho transforma as realidades sociais das pessoas, modifica a visão de mundo e de si mesmas, mas só existe trabalho quando a ação e o produto da ação são projetados conscientemente por quem trabalha. Ambos são inseparáveis da condição de existência dos indivíduos e da produção da vida humana, ajudando o homem a produzir sua própria vida, compreendendo o mundo e adaptando-se às necessidades humanas. Para Traspadini (2020) em observação ao trabalho de duas catadoras que passam em um bairro de Vitória (ES),

É um processo de trabalho (diverso, produtor de diferentes valores de uso e transformado em padrão desigual entre assalariados formais, trabalhadores informais, e entre estes últimos, condições as mais perversas possíveis para uma ampla maioria) orquestrado para virar processo de valorização - mais valia, trabalho não pago apropriado pelo capital antes mesmo de realizar a mercadoria na venda (TRASPADINI, 2020).

Hoje, no Brasil, o trabalho dos catadores, organizados ou não, tem grande significado para as indústrias de reciclagem, sendo calculada sua participação em cerca de 60% do que é reciclado no país. Para Eigenher (2014), esse trabalho alimenta a cadeia dos materiais que chegam às indústrias a baixo custo e sem encargos trabalhistas (o que ocorre também quando são cooperativados). Em momentos de crise e baixa de preços, continuam com sua atividade de sobrevivência, submetendo-se aos preços e às interrupções nas compras. O crescimento da reciclagem industrial, desde o início do século XX, tem tido grande peso na economia de países ou regiões industrializadas.

Não há como negar ou esconder uma real crise da humanidade pelas diferenças e desigualdades nas necessidades básicas e essenciais das pessoas: renda (dinheiro), alimentação (subnutrição, morte por fome e doenças relacionadas ao trabalho), emprego, acesso a cultura e educação de qualidade, todos esses anteriormente citados, direitos fundamentais do cidadão (ODUM, 1988).

Desenvolvimento muitas vezes é, equivocadamente, relacionado ao progresso, de certa forma como uma palavra positiva e necessária, no sentido de que “não há como regredir”, ou “devemos ir para frente”, desenvolver. E o termo desenvolvimento sustentável também aparece de forma distorcida, contudo na sociedade contemporânea, o homem continuou e intensificou a exploração de trabalho do outro, conseqüentemente agravando as vulnerabilidades sociais, obrigando um grande número de pessoas viverem a margem da sociedade, subempregadas ou desempregadas, em situações precárias de moradia, alimentação e saúde (AZEVEDO; FALCÃO, 2019, p. 776-777).

Castells (1998) destaca que o núcleo da questão social hoje define-se pela existência de “inúteis para o mundo”, que vivenciam situações marcadas pela instabilidade e incerteza, na qual a formação da identidade social se apresenta fragilizada e pode, muitas vezes, trazer como consequência a vulnerabilidade social.

Segundo Nascimento (2012, p. 55-56), na contramão do desenvolvimento apenas no aspecto do crescimento econômico, cientistas especialistas e organizações mundiais, propõem o desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”.

A pobreza e a desigualdade são provenientes de um modelo de produção e consumo em vigor, que além de degradar a natureza, precariza as condições de vida dos humanos. O modo de produção e a supremacia da ideologia do mercado e do consumo trazem em si ameaças irreversíveis, se continuarmos no ritmo de crescimento econômico dos últimos cem anos, teremos cerca de 120 milhões de pessoas por ano adentrando ao mercado de consumo (NASCIMENTO, 2012, p. 58).

Para atender as necessidades básicas da população é necessário não só crescer, mas acelerar o crescimento econômico. Contudo, crescimento implica sempre menos meio ambiente, pois o planeta (o ecossistema global) não cresce por si só; no entanto, se a economia cresce (e ela é parte do planeta), obviamente menos meio ambiente restará, levando a um “custo de oportunidade ambiental” (NASCIMENTO, p. 37, 2012). Além do desenvolvimento, focado no crescimento econômico, o modo de produção capitalista nos mantém competitivos, reféns do sistema e acreditando na promessa de vencer, acumular mais, como se bens comuns e recursos fossem mercadorias, causando também desigualdades.

Ainda hoje, autores como Josué de Castro em *Geografia da Fome* (1946) e Eduardo Galeano em *As Veias Abertas da América Latina* (1971) podem apresentar atualidade em seus textos: a descrição e consequências das condições impostas pela insistência desse modo de vida capitalista associado ao mito do desenvolvimento. Catadores e catadoras em condições precárias de trabalho, e difícil acesso a direitos básicos e fundamentais, seguem sobrevivendo nas cidades, que tentam mascarar as políticas públicas em sustentáveis e de oportunidades, mas com roupagem de “apaziguamento” remediando as feridas da questão social.

Essas condições de superexploração do trabalho⁶, ou como já dito por Antunes (2015) de precarização, é somente mais uma das demonstrações da crise estrutural do capital, como bem lembra Traspadini em entrevista a Neto (2020, p 396) e outras representações da lógica perversa do capital como “a extração de sobretrabalho em níveis cada vez mais intensos de controle/apropriação do tempo de trabalho e de violação da lei do valor, a flexibilização da produção.”

⁶ Sobre exploração da força de trabalho, acumulação capitalista e exército industrial de reserva, sugere-se a leitura de AMARAL, M.S. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese (Doutorado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Doi: 10.11606/T.12.2012.tde-09102012-174024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/publico/MarisaSilvaAmaralVC.pdf>. Acesso em 25 jul. 2021.

4. METODOLOGIA DE ANÁLISE DE REDES

A era dos dados e dos algoritmos propõe uma nova lógica para as ciências humanas e sociais que historicamente estiveram fundamentadas na lógica das ciências exatas. Utilizar diferentes recursos interpretativos para conceitos das ciências humanas, com a utilização de tecnologia é um desafio. O desafio este, de tornar conceitos, muitas vezes, multifacetados, abstratos ou subjetivos em dados para representação gráfica (outra forma de apresentação), permitindo que fenômenos continuem sendo estudados, discutidos ao alcance de todos.

Dados, metadados e informações estão sendo utilizados para identificar e explicar (além das teorias) o comportamento humano e também explicar as relações sociais e destes com o meio. Higgins e Ribeiro (2018), através do pensamento de Georg Simmel, reconhecem que o comportamento humano em sociedade muitas vezes apresenta certa subjetividade, inclusive na perspectiva e compreensão de cada um dos sujeitos da relação.

Ainda com base em Simmel, os autores argumentam que, para além da subjetividade e individualidade do sujeito, entendendo que sujeitos e relações acontecem em sociedade, essa díade se transforma e evolui quando essas relações atingem outro estágio, tornando-se um relacionamento mais amplo e complexo, chegando a formar um sistema social. Nesse caso, este sistema social é formado por pessoas ou grupo de pessoas que se relacionam e realizam trocas de informações, saberes, objetos, etc. Neste sistema social, os grupos de pessoas são unidades de ação interdependente na medida em que desenvolvem fluxos permanentes de trocas, como ações sociais, e essas trocas são básicas e fundamentais à vida. Para compreender, estudar e quantificar esses relacionamentos e desmembramentos utiliza-se o método de redes.

O termo redes tem sido cada vez mais utilizado em consequência do advento da tecnologia e da popularidade de mídias sociais que promovem a interação entre pessoas em ambientes virtuais. Porém, análises de redes não se restringem a essa ideia de rede: ela faz referência a uma metodologia de pesquisa.

O método de análise de redes tem como foco as relações entre os atores sociais e não nos atributos estáticos, monádicos (características ou perfis individuais) dos atores. Os dados que compõem o perfil dos entrevistados servem como referência à unidade de observação e ajudam a entender a amostra e o local

estudado. As redes são conjuntos de relações em que cada nó ocupa uma posição com características específicas. O termo “ator” é mais sociológico, enquanto “nó” ou “vértice” é decorrente da teoria dos grafos.

Para Marques (1999, p. 51),

a rede pode ser estudada por meio de uma representação gráfica (sociograma, escalagem, etc), de forma a permitir a visualização das posições e da estrutura, ou por meio de uma reconstituição matemática do padrão de vínculos (matriz de relações), de maneira a possibilitar a análise quantitativa das posições e da estrutura geral.

A análise de redes tem nomenclaturas e formas de representação próprias que refletem a influência recebida da matemática, como observamos na citação acima de Marques (1999): escalagem, matriz, dados quantitativos, por exemplo. A análise de redes visa controlar e minimizar a subjetividade e a parcialidade do pesquisador quando demonstra uma relação em forma de diagrama.

Os diagramas de rede são exibições de baixo nível que representam os dados brutos. Eles demonstram quem está conectado a quem. Em geral, as setas de saída de qualquer “nó” têm uma correspondência de 1 para 1, resultado da entrevista aplicada a essa pessoa, por exemplo, revelando de maneira compacta as respostas de cada entrevistado. A importância está maior no padrão e no comportamento da rede e não do indivíduo. Na análise de redes, em resumo, devemos estar cientes que essa metodologia serve para duas principais tarefas: analisar a posição dos atores e entender os modelos de papéis, ou seja, os padrões de laços entre atores ou entre posições.

Há várias formas de se coletar dados para identificar, estudar e analisar uma rede, dentre essas a entrevista. Nesse caso, a entrevista como coleta de dados primários foi escolhida com o objetivo de aproximação com esse público (catador/a), entendendo que dados secundários de órgãos de pesquisa e estatística não trariam, diretamente, esse olhar dos catadores em relação ao apoio direto.

Uma moradora da maior favela do continente africano, Kibera (Kenya), Nicera Wanjiru é uma jovem ativista que está promovendo mudanças em sua comunidade e lutando pelo direito de sua comunidade. Nicera, como uma liderança em sua comunidade, critica a atuação de pesquisadores e cientistas que utilizam os espaços e os saberes locais de um território e não retornam a comunidade para

divulgá-los ou até mesmo, discutir com os participantes os principais resultados da pesquisa.

Ela complementa que,

(...) é importante manter e respeitar a ética no mapeamento, coleta e armazenamento de dados. Isso provou ser um grande desafio. Aproximadamente, apenas 30% dos pesquisadores e acadêmicos voltam à comunidade para verificar e compartilhar os dados coletados. (MWAURA, 2021).

Portanto, a metodologia de análise de redes servirá, nesta pesquisa, como uma ferramenta que legitima a fala dos catadores de Guaratuba, dando voz a suas realidades, percepções, principalmente no que diz respeito ao acesso a políticas públicas e direitos.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa é classificada como um estudo de caso exploratório, devido ao caráter singular, que contém dados primários de 17 entrevistas com catadores de Guaratuba, Litoral do Paraná, de maio a agosto de 2020. Todo participante convidado teve a liberdade de participar ou não, sem nenhuma contrapartida (financeira ou, exemplo, exames, análises de saúde ou encaminhamentos para algum órgão), estando ciente e firmando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), vide Anexo I.

Segundo Yin (2001, p. 29), toda pesquisa e todo o método têm vantagens e desvantagens. A escolha da análise de redes tem o objetivo de controlar e minimizar a subjetividade e a parcialidade do pesquisador quando demonstra uma relação em forma de diagrama. Ao mesmo tempo, independentemente de quão exata a análise de rede possa parecer, os resultados dependem de outros fatores, numa linha metodológica e teórica que os mantêm dentro de uma objetividade. Devemos levar em consideração que os entrevistados normalmente relatam a percepção do próprio relacionamento com outro, o que é claramente algo que eles têm o direito de fazer: todo entrevistado possui suas próprias percepções e isso cabe e é aceito na análise de redes – “(...) todos os dados em redes são na verdade percepções do que os declarantes consideram que são suas interações” (HIGGINS e RIBEIRO, 2018, p. 55).

O diagrama forma desenhos, formas geométricas e os “nós” estarão representados por símbolos ou códigos, o que fica quase impossível identificar ou denominar a pessoa. Nessa pesquisa se demonstra o tipo de relação que se chama *two-mode* ou bimodal (HIGGINS e RIBEIRO, 2018, p. 90), ou seja, entrevistados (catadores) indicaram instituições com as quais se relacionam. Relação bimodal na rede estudada inclui dois tipos de “nós”, o catador e a instituição indicada por ele, ou seja, dois tipos diferentes de agentes: numa “ponta” da relação o catador, e na outra “ponta”, uma instituição ou entidade. Porém, a rede é unidirecional ou dirigida, ou seja, somente foi coletado respostas das entrevistas com os catadores, não havendo respostas das instituições citadas por eles.

Foram coletadas informações de dados de perfil, no item dados pessoais e trajetória pessoal e de trabalho, e os dados de relacionamento puderam ser coletados a partir do item Relações Institucionais, que foram divididas em: movimento social; entidades particulares/privadas; entidades mistas (ONGs, Cooperativas, etc); entidades administrativas; entidades públicas (ligadas à saúde, assistência social e outras).

4.2 A AMOSTRA

Os entrevistados são representados pela letra C de catador. A seleção do primeiro entrevistado foi através de amostra intencional por conveniência, partindo da Associação de catadores. A partir do segundo não houve mais intencionalidade, utilizou-se do método *snowball* que transfere a seleção para a responsabilidade dos participantes, não mais ao pesquisador.

O método *snowball* nesta pesquisa serviu para que o entrevistado indicasse outros participantes e também para mensurar a relação e grau de proximidade com os próximos participantes. Para encontrar um “elo” ou um “laço”, cada participante indicou livremente o próximo (ou os próximos) participante da pesquisa. Esse método possibilitou identificar a centralidade de intermediação (*betweenness*) entre os entrevistados.

Para Higgins e Ribeiro (2018, p. 149), centralidade de intermediação é uma medida que demonstra as interações entre atores não adjacentes destacando atores intermediários. Intermediar é uma forma de poder dentro de uma rede, pois concede a capacidade de facilitar ou obstruir, de forma seletiva, fluxos de informação ou de

recursos que circulam por uma estrutura reticular. De forma operacional, a centralidade de intermediação é a quantidade média de caminhos mais curtos (geodésias) entre os demais “nós” da rede que passam por um determinado “nó”. Ter alta centralidade de intermediação significa que mais caminhos mais curtos passam por aquele ator, podendo-se considerar uma medida de poder e influência.

No total foram 29 sujeitos indicados pelos próprios entrevistados, porém só foram considerados os que se identificaram como catador ou carroceiro, num total de 17. Dentre os indicados, dois eram ex-presidentes da Associação: um não foi entrevistado por não residir mais no município e o outro porque era falecido. Foram excluídos os que se identificaram como pessoa em situação de rua, lixeiro ou ambulante. O fator de exclusão do sujeito para a aplicação da entrevista, se deu exatamente pela sua própria indicação em ser ou não catador. Se não houvesse a identidade como premissa, sendo este sujeito identificado por outra identidade (pessoa em situação de rua, desempregado, ou lixeiro), este sujeito não foi incluído para ser entrevistado.

4.3 A COLETA DE DADOS

Para a coleta dos dados foi utilizada uma entrevista semi-estruturada, com roteiro prévio com perguntas fechadas (com opção de respostas com pontuação para posterior tabulação) e abertas (respostas livres). As entrevistas foram realizadas face a face, que segundo Gil (2008, p. 113), o pesquisador vai lendo e anotando as respostas a fim de não constranger o entrevistado que não pudesse ler e/ou escrever.

O local escolhido para as entrevistas foi no ambiente de separação do material: um galpão/barracão cedido para a Associação pela Prefeitura Municipal, mas frequentado por catadores associados ou autônomos. O instrumento da entrevista passou por várias adaptações e pré-testes a fim de estimular respostas mais completas, necessitando a habilidade da escuta e da observação, com a utilização de sinônimos para uma mesma palavra: Unidade de Saúde foi trocado por “Postinho”.

Na primeira parte da entrevista as perguntas estão relacionadas ao perfil dos entrevistados: gênero, idade, estado civil, filhos, locais de nascimento e de procedência, grau de escolaridade. São dados monádicos que fazem referência à

unidade de observação focada no sujeito. Na segunda parte, que trata dos dados diádicos, o entrevistado responde sobre seus relacionamentos, tipos de relacionamentos e ações. Dados de atributo, dizem respeito a características ou qualidades, enquanto dados relacionais envolvem contatos, vínculos e conexões que relacionam os sujeitos entre si, e não podem ser reduzidos às propriedades dos atores individuais (SCOTT, 1992).

A entrevista continha perguntas abertas (respostas livres) e fechadas (com opção de respostas). Para as perguntas fechadas sobre as instituições, havia quatro possibilidades de respostas: (a) *Sempre* b) *Quase sempre*; c) *Às vezes*; d) *Pouco*; e) *Nunca*, e para cada resposta um peso equivalente, conforme o Quadro 1.

QUADRO 1 - ATRIBUIÇÃO DE PESOS PARA FREQUÊNCIA

Sempre	Quase sempre	Às vezes	Pouco	Nunca
4	3	2	1	0

FONTE: A autora (2021).

Para a pergunta fechada referente ao Movimento Social, também havia quatro possibilidades de respostas fechadas: (a) *Participa do movimento atualmente*; b) *Já participou do movimento em outro lugar (cidade/estado)*; c) *Sabe o que é*; d) *Já ouviu falar*; e) *Nunca ouviu falar*. Essa pergunta foi analisada separadamente, com o objetivo de compreender a participação dos catadores no Movimento.

Os grafos ou “desenhos”, que demonstram relações, são espaços relacionais constituídos de dados diádicos provenientes de respostas às perguntas fechadas, as quais buscam demonstrar a interdependência dos entrevistados com outros de mesma identidade e desses com instituições, ou seja, os grafos representam relações entre os agentes.

Às perguntas fechadas (com opções de respostas) foram atribuídos “pesos” (medida numérica) relacionados à frequência da resposta, maior peso para maior frequência. A atribuição de pesos à frequência permite medir a intensidade das relações. Nos grafos utilizou abreviaturas das instituições indicadas pelos catadores, que estão organizadas no Quadro 2 a seguir:

QUADRO 2 - NOMENCLATURA DAS INSTITUIÇÕES INDICADAS PELOS CATADORES

INSTITUIÇÃO	NOMENCLATURA
Centro de Referência de Assistência Social	CRAS
Educação	EDU
Instituto Lixo e Cidadania	ILIX
Prefeitura	PREF
Programa de Voluntariado Paranaense	PROVOPAR
Saúde	SD
Secretaria Municipal do Meio Ambiente	SMMA
Trabalho Voluntário	TV
Vigilância Sanitária	VS

FONTE: A autora (2021)

QUADRO 3 - DADOS DO PERFIL DOS CATADORES ENTREVISTADOS

Gênero	Catador(a)
Masculino	10
Feminino	7
Idade	Catador(a)
20 a 40	11
41 a 60	3
61 a 69	3
Estado Civil	Catador(a)
Casado(a)	7
Solteiro(a)	5
Separado(a)	3
Viúvo(a)	2
Filhos	Catador(a)
Não possuem	5
Um	4
Dois a três	5
Quatro a sete	3

FONTE: A autora (2021).

QUADRO 4 - DADOS DO PERFIL DOS CATADORES

Catador	Naturalidade	Escolaridade	Procedência
C1	Guaraniaçu/PR	8 ens. fund.	Guaraniaçu/PR
C2	Matinhos/PR	ens. médio comp.	Araucária/PR
C3	Palmas/PR	4 ens. fund.	Belém/PA
C4	Guaratuba/PR	Analfabeta	Guaratuba/PR*
C5	Curitiba/PR	1 ens. fund.	Curitiba/PR
C6	Santos/SP	8 ens. fund.	Curitiba/PR
C7	Curitiba/PR	8 ens. fund.	Colombo/PR
C8	Guaratuba/PR	5 ens. fund.	Guaratuba/PR*
C9	Curitiba/PR	5 ens. fund.	Curitiba/Paraná
C10	Curitiba/PR	4 ens. fund.	Curitiba/PR
C11	Campinas/SP	8 ens. fund.	Garuva/SC
C12	São Paulo/SP	ens. médio incomp.	Curitiba/PR
C13	Curitiba/PR	7 ens. fund.	Curitiba/PR
C14	São Francisco do Sul/SC	1 ens. fund.	São Francisco do Sul/SC
C15	São Paulo/SP	ens. médio incomp.	Curitiba/PR
C16	Ponta Grossa/PP	8 ens. fund.	Ponta Grossa/PR
C17	Marechal Cândido Rondon/PR	8 ens. fund.	Marechal Cândido Rondon/PR

FONTE: A autora (2021).

As perguntas abertas foram coletadas para complementar, qualificar e as respostas das perguntas fechadas. Foi através das respostas das perguntas abertas, algumas escolhidas no texto da pesquisa para ilustrar informações quanto a expectativa de apoio de instituições aos catadores, já demonstradas pela rede.

4.4 O SOFTWARE UTILIZADO

O Gephi é uma ferramenta alimentada por diversas fontes, tal como planilhas elaboradas pelo programa Microsoft Excel, possibilitando demonstrar graficamente os resultados de uma pesquisa relacional. Após a aplicação das entrevistas, os dados foram tabulados no programa Microsoft Excel, passados para o Gephi e transformados em grafos. As informações foram organizadas em um banco de dados do qual constam as características gerais do entrevistado e dados

referentes à sua rede de apoio – número de vínculos e peso para as respostas de perguntas fechadas. As linhas mais fortes (arestas) expressam a intensidade da resposta medida na relação entre os entrevistados e suas respostas (instituições).

Foram geradas três redes indicadas pelos catadores: a) de instituições que mais apoiam os catadores; b) instituições que menos apoiam e c) instituições que poderiam apoiar. A partir desse banco, foram geradas as análises cujos resultados serão apresentados a seguir.

Foi por meio do programa (software) Gephi possível visualizar a medida de centralidade de intermediação normalizada entre 0 e 1, destacando os “caminhos” mais curtos entre os demais nós da rede, mensurando suas conexões. Os valores da centralidade de intermediação que se aproximem de 1 (valor máximo), demonstram, de forma técnica, o poder de intermediação de um determinado nó (HIGGINS e RIBEIRO, 2018, p. 150).

5. RESULTADOS E ANÁLISES DAS REDES DE APOIO

5.1 OS ENTREVISTADOS E SUAS CARACTERÍSTICAS

Os 17 entrevistados fazem parte da ACAMARES (Associação de Catadores de Material Reciclável) Pôr do Sol, única do município de Guaratuba. A Associação possui permissão da prefeitura para utilização do barracão (espaço) para a atividade de reciclagem. A Associação não está formalizada juridicamente, mas possui o desenho de um estatuto, e cargos mais administrativos como presidente, vice-presidente e tesoureiro. Segundo a presidente, a rotatividade de catadores na Associação é alta, o que justifica a dificuldade em manter a Associação, os cargos administrativos designados e o propósito de tornar a Associação uma Cooperativa.

No total foram entrevistados sete mulheres e dez homens, com idades entre 20 a 69 anos. Desses, sete tinham relação conjugal estável (casado, união estável ou convivem maritalmente). Quanto ao número de filhos, cinco catadores não têm filhos, quatro possuem apenas um, cinco catadores possuem dois ou três filhos e três catadores possuem de quatro a sete filhos. Dos 17 entrevistados, 16 nasceram em outro município do estado ou fora dele que não Guaratuba e 14 pararam de estudar nos anos iniciais ou não completou ensino fundamental, dois não haviam completado o ensino médio e um tinha o ensino médio completo.

Considerando que apenas um entrevistado nasceu em Guaratuba, buscou-se saber a quanto tempo os demais haviam migrado, sendo o mais recente há um ano. Dentre os entrevistados, C3, C8, C11, C14 e C15 já estiveram em situação de rua durante um a três anos. Sobre isso C3 e C8 relatam, respectivamente:

(...) morei debaixo de uma lona, com meus filhos. Além de catar lixo, a gente pedia dinheiro. Hoje, graças a Deus, eu tenho minha casa. Criei meus filhos e aquele ali, mora comigo. Ele não é meu parente, mas mora lá porque não tem onde morar. Ele *tava* dormindo aqui na porta do barracão.

Morei 3 anos na rua com minha esposa, catando material puxando carrinho. Até quando minha filha nasceu, a gente ainda morava na rua. Moramos muito tempo no centro de Curitiba. Aí, vim puxando carrinho até Garuva. Dei um tempo lá, e vim pra cá (Guaratuba).

5.2 IDENTIDADE

Todos os entrevistados já haviam se identificado como catador, por isso foram entrevistados, mas durante as entrevistas por vezes houve a negação de “outras” identidades: “*não estou empregado*”, “*não trabalho como lixeiro, mas já trabalhei*”. Essa negação reforça o que já se constatou anteriormente nas teorias de Svampa e Pereira (2003 apud Svampa, 2009, p. 10) em que a identidade também pode aparecer como negação de características e pela identificação da diferença em relação ao outro, como explica Hall e Woodward (2000).

Entendendo todo o contexto histórico e de surgimento dessa identidade, estar empregado significa estar com carteira de trabalho “assinada” ou “registrada”, devido ao avanço das ideias e investidas neoliberais, que flexibilizam e reduzem os direitos trabalhistas. Dos 17 entrevistados, um é aposentado por tempo em outro serviço e uma recebe pensão por morte. Dos 15, mesmo que um tenha contribuído por cinco, outro por três e outro por dois anos ao INSS, devido a mudança nas regras previdenciárias (Boschetti, 2003), nenhum terá direito a aposentadoria por tempo de trabalho (KREIN et al, 2019). O reconhecimento de identidade traz em conjunto, o reconhecimento por direitos e por consequências, a tentativa de *status* de trabalhador assalariado.

Ao contrário do que se pensa, trabalhar em uma associação de catadores, em uma cooperativa ou como autônomo, não significa que o indivíduo não seja um trabalhador, e que não trabalhe muito. Porém, consciente, ou inconscientemente no discurso do catador, soa como “menos”, como “inferior” o seu trabalho por não ser formal. Essa pretensa ideia de autonomia e liberdade no trabalho é resultado de um processo produtivo ancorado em relações sociais narradas como livres, mas aprisionadas na lógica do dinheiro (SOARES NETO, 2020). Como bem lembrou Traspadini em diálogo com Soares Neto (2020, p. 400), essa lógica do capital,

é de uma conformação ideológica intencional de não permitir que os e as trabalhadoras consigam de fato ver o que e o porquê vivem uma lógica daninha de exploração. Isto se demarca nas estruturas de alienação e fetichismo estruturadas para a produção de mentira como verdade, como sustentava Bertolt Brecht⁷.

⁷ Bertolt Brecht (1898-1956). Teatrólogo, dramaturgo e poeta russo-alemão. Formulador do Teatro Dialético. Ver: BERTOLT, B. **Cinco Dificuldades no Escrever a Verdade**, 1934. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/brecht/1934/mes/verdade.htm> Acesso em: 24 jul. 2021.

Conforme coloca-se nessa pesquisa desde o início, tratamos a catação como ocupação ou atividade, por não ser considerada como profissão. Mas, não se nega que a atividade se classifica como trabalho. Trabalho esse relacionado ao homem, à transformação da natureza, e com base nas relações sociais. E, aqui, o trabalho do catador e da catadora é aquele trabalho que Antunes (2000) aponta: “trabalho precarizado”, que escancara “a crise estrutural do capital”, de superexploração da mão de obra desse sujeito, como todo e qualquer trabalhador.

Na indicação de catadores para a participação na pesquisa, C1, C2 e C4 foram indicados 15, 14 e 10 vezes respectivamente. A recorrência da indicação entre os entrevistados demonstra a centralidade de intermediação em torno desses catadores que possuem alguma influência nessa rede.

TABELA 1 - CENTRALIDADE DE INTERMEDIÇÃO DOS CATADORES

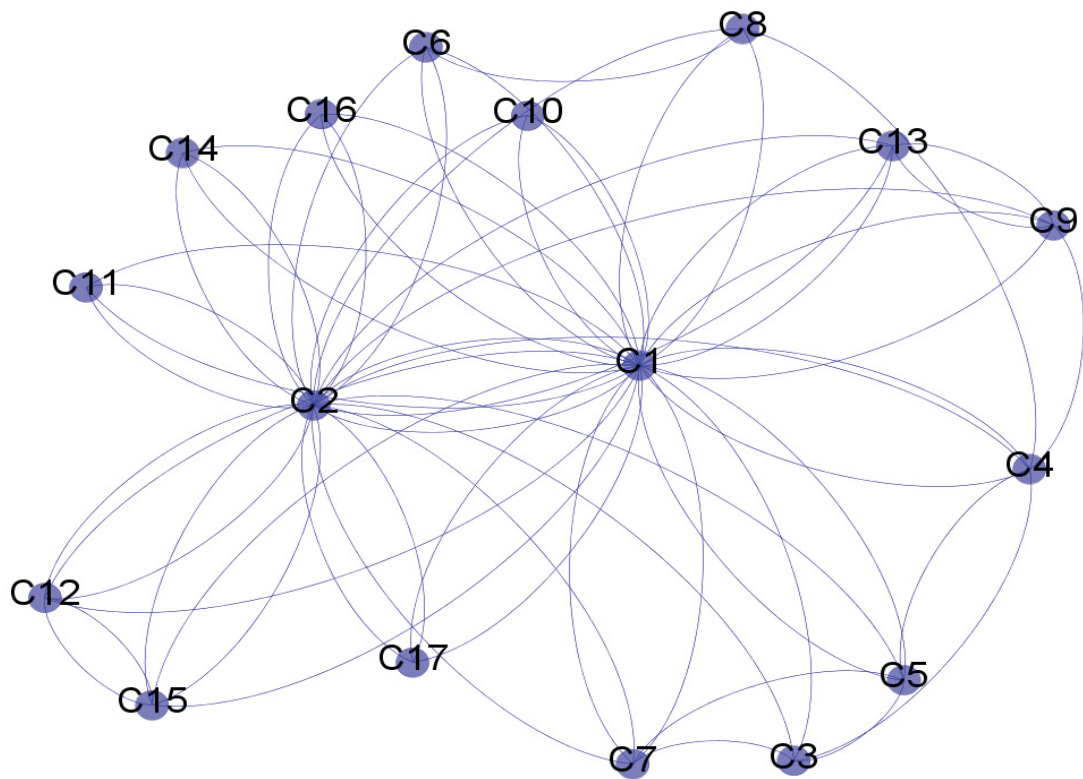
Catador	Centralidade de intermediação
C1	0.5340286
C2	0.2427080
C4	0.0041670
C6	0.0020830
C13	0.0020830
C9	0.0013890
C5	0.0010420
C3	0
C7	0
C8	0
C10	0
C11	0
C12	0
C14	0
C15	0
C16	0
C17	0

FONTE: A autora (2021).

As centralidades de intermediação de C1 e C2 são de 0,5340286 e 0,2427080, respectivamente. Vale lembrar que uma intermediação mais próxima significa uma maior quantidade de geodésias (caminhos mais curtos) passando por um determinado nó, entre todas de caminhos possíveis dentro de um grafo. Para C4, C6, C13, C9 e C5 há alguma centralidade de intermediação. Nenhum dos demais nós exerce intermediação, pois os atores que eles representam não foram indicados por nenhum dos entrevistados. No caso desta rede, é possível interpretar a intermediação como a influência de cada ator dentro do grupo de catadores pesquisado

Através do grafo também é possível observar a centralidade de grau de C1 e C2, que partem e chegam mais linhas (arestas) destes do que de outros catadores. Por mais de uma vez, esses catadores foram indicados para participarem da pesquisa, indicando uma liderança ou influência desses catadores em relação aos outros.

FIGURA 1 - REPRESENTAÇÃO DA INDICAÇÃO DOS PARTICIPANTES E DOS INDICADOS PARA PARTICIPAR DA PESQUISA



FONTE: A autora (2021).

Como informado anteriormente, a seleção dos entrevistados foi por indicação pelo método *snowball*. Foi incentivado que o entrevistado indicasse outra pessoa para a entrevista, alguém que ele tivesse proximidade e confiança, mas a indicação não era obrigatória, ao contrário, era livre em indicar nenhum, um ou mais pessoas para a entrevista. Marques (2007) e Marques e Bichir (2011) utilizam em suas pesquisas com moradores de bairros periféricos de São Paulo e do Rio de Janeiro, entrevistas com a técnica de *snowball* que geram redes sociais, por eles denominadas redes de apoio social, que nessa pesquisa, foi denominada rede de apoio dos catadores de material reciclável de Guaratuba/Paraná.

5.3 TRAJETÓRIA DE TRABALHO

Quando abordados sobre a trajetória de trabalho como geração de renda e a contribuição para a previdência social, dois entrevistados relataram que trabalham com catação por mais de 20 anos (22 e 24), três entre 9 a 11 anos, quatro entre três a cinco anos e oito entre dois anos a duas semanas.

Enquanto catadores, nenhum entrevistado contribuiu para a previdência social, mas onze já haviam trabalhado com carteira registrada. Desses, quatro contribuíram entre dois a cinco anos e C16 é aposentado por tempo de serviço. C4 recebe pensão por morte advindo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e C14 recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Assistência Social.

Dezesseis catadores trabalhavam em outras atividades antes da catação como: serviços gerais de limpeza, atendente, auxiliar de cozinha, auxiliar de pedreiro, jardineiro, agricultor, repositor de mercado, diarista, garçom, vigia, entregador de panfleto e de gás e salga do camarão (limpeza do camarão). C3 relata que trabalhou como cozinheira por 15 anos, C4 trabalhou na roça (agricultura), posteriormente na salga do camarão (limpeza), somando 16 anos nessa atividade. Quando questionada sobre sua saída, justifica: *“cansei de trabalhar na salga, muita gente, muito barulho e o cheiro me enjoava.”* C17 também trabalhou na salga do camarão por nove anos e C14 trabalhou como vigia por três anos, mas relata que cansou desse trabalho. Apenas um dos entrevistados, C13, por nunca ter trabalhado antes, nem ter contribuído com a previdência social, iniciou a atividade de catação por influência familiar: *“minha mãe trabalha aqui no galpão, e vim trabalhar com ela”*.

Como catador, 11 entrevistados responderam que foi a única oportunidade frente à necessidade de renda. Para C11, que trabalha há 22 anos como catador, e já trabalhava nessa atividade com seus pais, esse é um saber:

É o que eu sei fazer. Minha família já trabalhava com material faz muito tempo e eu segui nesse ramo. Meu pai, minhas tias, eles guardavam o material no terreno de casa, aí, fui aprendendo.

Para C16 e C14, que recebem renda mensal, a catação serve como complemento à renda de aposentadoria e do benefício, respectivamente. Já para C3, que recebe pensão por morte (viuvez), a catação já era realizada antes do recebimento dessas. C8 e C13 relatam que a catação foi à primeira oportunidade para obtenção de renda.

A catação não é uma atividade distante da história de vida de 11 dos entrevistados, os quais possuem filho(a)s, companheiro(a)s, irmão(a)s, mãe(s), pai(s) e/ou genro/nora envolvidos com esta atividade.

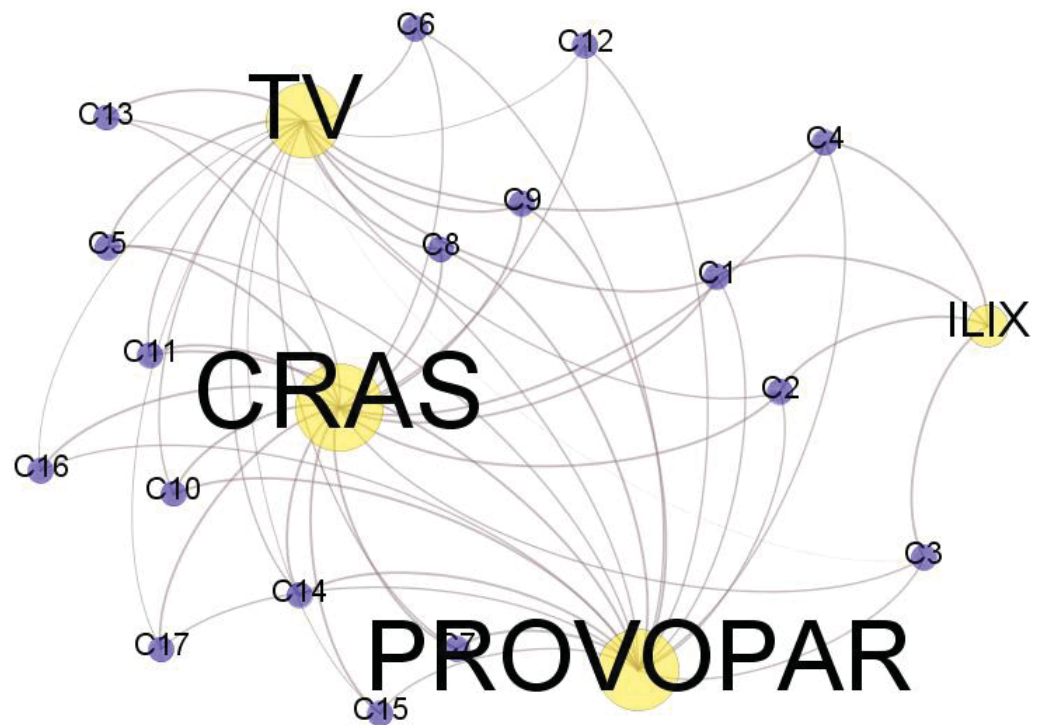
5.4 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E VOLUNTÁRIA

As redes de relações institucionais variaram entre redes que mais e menos apoiam os catadores, e instituições que eles gostariam que apoiassem. Em relação a movimentos sociais, a pergunta referente ao Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) foi diretamente relacionada à participação desses no Movimento. C1, C2 e C3 responderam que participam, C4 e C5 já participaram, C6, C8, C9, C11, C12, C14 e C17 já ouviram falar e C7, C10, C13, C15 e C16 nunca ouviram falar do Movimento. Esses cinco entrevistados que disseram *nunca* terem ouvido falar do Movimento podem ter relação com o tempo que estão se dedicando a esta ocupação, afinal, estão entre os catadores que trabalham de duas semanas a no máximo dois anos de trabalho na catação.

Os catadores mencionaram instituições públicas e sem fins lucrativos com quem estabelecem relações, em geral pelo apoio que recebem destas: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) e a Vigilância Sanitária (VS) – públicas -; o Programa de Voluntariado Paranaense (PROVOPAR), o Instituto Lixo e Cidadania (ILIX) – organizações sociais sem fins lucrativos. Para além destas também ocorreu a indicação do apoio no ensino de jovens e adultos realizado por uma professora uma vez por semana de forma voluntária, aqui denominado Trabalho Voluntário (TV).

A intensidade das relações entre catadores com as instituições é expressa pelas proximidades ou centralidades das instituições no grafo. Outra forma de representação foi a utilização de uma opção de visualização em relação ao tamanho da fonte das nomenclaturas. O CRAS e a PROVOPAR foram mencionados por todos os catadores entrevistados; o TV foi indicado por 16 dos entrevistados conforme demonstrado na Figura 2.

FIGURA 2 - INSTITUIÇÕES QUE MAIS APOIAM OS CATADORES



FONTE: A autora (2021).

Como dito anteriormente, o CRAS foi indicado por todos os entrevistados. Este é um serviço da política de assistência social executado no âmbito municipal. De fato, o serviço é executado pelo município, mas ele também é a concretude de um direito estabelecido pela Política de Assistência Social e constituído por Lei federal 8.742/1993.

A prevalência da indicação do CRAS como uma das instituições que apoia os catadores pode ser atribuída à acolhida e ao atendimento aos indivíduos que a procuram. Os catadores reconhecem por meio do CRAS: a garantia de direitos como os benefícios emergenciais à segurança alimentar (cesta básica), o atendimento de famílias para o cadastro único⁸ (CadÚnico) de forma a assegurar benefícios de transferência de renda e programas sociais, como o Bolsa Família e o atual auxílio emergencial (devido às consequências socioeconômicas da pandemia do novo Coronavírus). A frequência da indicação do CRAS nas respostas pode indicar que o CRAS é uma referência de apoio aos catadores.

⁸ Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda. BRASIL, Ministério da Cidadania. **Ações e programas. Brasília, 2020.** Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 01/11/2020.

O CRAS para C4 e C8, respectivamente, é uma instituição que apoia de maneira a possibilitar a atividade como catador:

O CRAS? Ah, sim...eles (os assistentes sociais) vêm aqui, fazem roda de conversa com a gente, pergunta como a gente está, se precisamos de alguma coisa. Fazem até brincadeira (dinâmica de grupo) e isso motiva a gente a trabalhar, nos sentimos valorizados.

Eu tenho muita amizade com o pessoal do CRAS. Quando eu preciso, vou lá, sempre sou atendido. Eles conseguiram vaga na creche pra minha filha, assim, eu e meu marido podemos trabalhar sem se preocupar com Conselho, essas coisas, né?

Outra instituição indicada por todos os entrevistados foi o PROVOPAR. O nome PROVOPAR não aparece diretamente no discurso, mas em uma sinalização com as mãos, para uma placa do Programa Ecocidadão Paraná, fixada na parede do galpão da Associação, e de como essa instituição de Curitiba auxilia os catadores:

Eles deram essa camiseta, ajudam a gente com cesta básica e também pra gente fazer reunião, melhorar o galpão pra que logo a gente vire uma cooperativa vem de lá...de Curitiba, do pessoal que deu essa camiseta (CATADOR 7).

O Programa Ecocidadão Paraná oferece apoio às organizações de catadores, como a formação em empreendedorismo, em gestão associativista e cooperativista, para além da entrega de equipamentos para o processo de reciclagem (PROVOPAR, 2019). Durante a pandemia, o PROVOPAR disponibilizou cestas básicas aos catadores, anterior a esse momento (de pandemia) forneceu-lhes camisetas e equipamentos individuais de proteção (EPIs).

O Instituto Lixo e Cidadania (ILIX) foi apontado por C1, C2, C3 e C4 que frequentam e representam a Associação no Fórum Lixo e Cidadania. O ILIX é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede em Curitiba, no Paraná, fundada em 2003 com a finalidade de gerenciar e executar ações deliberadas nas reuniões plenárias do Fórum Lixo e Cidadania do Paraná (ILIX, 2019).

Apesar de o Instituto viabilizar assistência técnica, administrativa, financeira-contábil e jurídica às associações, cooperativas ou grupos de catadores que desejam se organizar, durante a entrevista alguns catadores entendem esse apoio como uma cobrança, com muitas exigências. C3 conta que:

(...) além de a gente cuidar de tudo isso (apontando para a montanha de material no galpão), o Instituto vem aqui, faz reunião, cobra da gente um monte de documentação, cobra organização, ata de reunião, registros dos catadores (...) a gente não dá conta. Às vezes, ao invés de ajudar, eles só cobram.

Mas, apesar da crítica ao Instituto, C3 também pondera que a Associação ainda não se tornou uma cooperativa, por falta de tempo para preparar toda a documentação necessária. Já, no relato de C4, o Instituto sempre fornece camiseta para os catadores, e que nesses tempos de pandemia, eles também fizeram doações de cestas básicas. Novamente, a ideia de apoio aparece em forma de cestas básicas e camisetas, como foi o caso dos relatos do apoio da PROVOPAR.

O Fórum Lixo e Cidadania, que é uma ação desenvolvida pelo ILIX, também foi citado pelos quatro catadores com funções mais administrativas e de liderança na Associação. Eles relatam as experiências de audiências temáticas junto com figuras como o Promotor Público, outras lideranças do MNCR. A coordenação do Fórum Estadual do Paraná é composta pelo Procurador Regional do Trabalho (Ministério Público do Trabalho), pelo procurador de Justiça do Ministério Público do Meio Ambiente e por um representante dos catadores.

Portanto, espaços como Fóruns e reuniões e mobilizados, por exemplo, por um instituto (no caso, o ILIX), com representantes do Ministério Público (do Meio Ambiente e do Trabalho), dos Movimentos e coletivos de catadores, lideranças, associações e cooperativas, mesmo que acontecendo em cidades mais centrais (como no caso, a capital Curitiba), podem sim, alcançar municípios mais distantes e de menor porte, como por exemplo, Guaratuba.

Dessa forma, foi possível identificar que há uma relação do MNCR, mais especificamente o Comitê Estadual do MNCR do Paraná, com instituições como ILIX, e Ministério Público através de fóruns de discussões e outras ações, traçando uma relação com órgãos de defesa de direitos, por exemplo.

Durante a pandemia do Covid-19, as atividades coletivas, reuniões e atividades ligadas ao poder público, em especial a Justiça, ficaram defasadas e escassas. Houve uma reunião temática, no formato de *live*⁹ em outubro de 2020, com a participação do atual Presidente do MNCR, Sr. Alex Cardoso, a representante

⁹ Ministério Público do Trabalho do Paraná. **Reunião do Fórum Lixo e Cidadania**. Out. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/jqLa0vvC5EU>. Acesso em: 05/03/2021.

estadual do Movimento, Sra. Alvanete dos Anjos (Neguinha), o representante do Ministério Público do Meio Ambiente, Sr. Saint-Clair Honorato Santos e a Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Sra. Margaret Matos de Carvalho. Mas, como mencionado anteriormente, com isolamento social imposto pela pandemia, e a falta de acesso de muitas pessoas a computadores, celulares e internet, a participação social se tornou muito frágil. Mesmo assim, conforme Losekann (2013, p. 323) contar com o apoio de um promotor público (e outras instituições) é, certamente, dispor de um aliado influente. Ações judiciais demandam um saber específico, jurídico, uma fundamentação que raramente aqueles que não são especialistas terão.

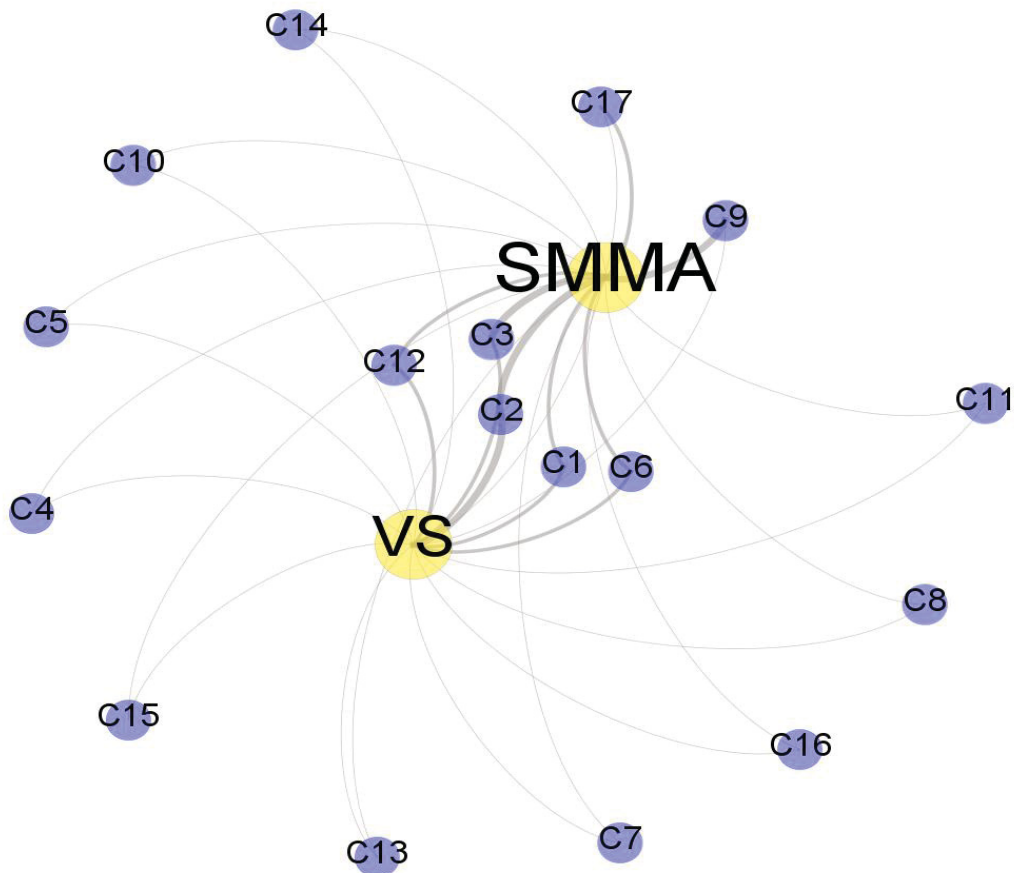
No relato dos catadores entrevistados, os que conhecem e já participaram das reuniões do Fórum Lixo e Cidadania, entendem a oportunidade do espaço de fala, mas concretamente não veem muitos resultados práticos no dia a dia. Mais uma vez, pode-se identificar que o ILIX oferecendo assessoria e suporte a esse grupo de catadores de Guaratuba, bem como, facilitador e articulador desse grupo com o MNCR e com outros órgãos, como o Ministério Público (tanto do Meio Ambiente, quanto do Trabalho).

Por isso, a assertividade na resposta quanto ao ILIX foi mais presente dentre esses quatro catadores, demonstrando o que Gohn (1997, p. 266) já apontava em seu texto sobre a teoria dos movimentos sociais, que em um grupo, apenas um pequeno número de pessoas, muito provavelmente os líderes desse coletivo ou, até mesmo uma assessoria, ficaria responsável pela formulação das demandas e da representação.

O Trabalho Voluntário (TV) indicado pela grande maioria dos entrevistados (16) consiste em ensino e aprendizagem de jovens e adultos ofertado uma vez na semana por uma professora, dentro do barracão/galpão de reciclagem em um local improvisado. Esse trabalho é realizado sem apoio da secretaria municipal ou estadual de educação, a cerca de três anos, contudo, devido a pandemia do Coronavírus não está ocorrendo.

Ainda em relação às instituições, que menos apoiam os catadores, todos responderam a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) e a Vigilância Sanitária (VS), como apresentado na Figura 3.

FIGURA 3 - INSTITUIÇÕES QUE MENOS APOIAM OS CATADORES



FONTE: A autora (2021).

A SMMA é o órgão que administra o imposto municipal anual relacionada à limpeza urbana, realiza licitação, contrata e fiscaliza empresas responsáveis pela coleta de resíduos orgânicos (material não reciclável) e sólidos (material reciclável). Em relação ao resíduo orgânico, a SMMA é responsável pela contratação de uma empresa e visando não onerar os gastos do município, a prefeitura não possui contrato com uma empresa, cooperativa ou associação para a coleta de resíduos sólidos.

Assim, a prefeitura, através da SMMA, cede galpão (espaço físico), caminhão (transporte e combustível), energia, água, e os catadores associados dividem os lucros com a coleta de material, sem ônus de uma empresa, ou seja, a mão de obra dos catadores não tem custos para a prefeitura.

A relação da SMMA diretamente com os catadores fica evidente com a responsabilidade desta em cadastrar os catadores associados e autônomos como forma de controle, solicita a associação adaptações, documentação e adequações

no espaço e na organização e na saída dos catadores para a coleta de material nos bairros do município e na separação do espaço dentro do “barracão” de coleta. Mas, não oferece treinamento, apoio, equipamento individual de segurança (EPI), máscara ou álcool em gel.

Existe um apoio material e logístico da SMMA a associação, como isenção do aluguel e IPTU do espaço utilizado (barracão), isenção da conta de água e luz, transporte (caminhão da coleta) e combustível. Mas, os catadores não apontam a SMMA como rede de apoio, e sim, um órgão, que *“aparece de vez em quando no barracão, exige cadastramento, documentação em dia, lista de catadores, às vezes, o caminhão quebra e não tem outro, às vezes, não tem combustível.”*, diz C1.

C2 relata que, *“a esteira vive quebrada, nossa prensa é velha e pesada, o telhado tá cheio de buraco.”* Na fala dos catadores, ceder o espaço do barracão *“é [nada] mais que a obrigação”*, e eles não recebem auxílio financeiro, nem um complemento para seus gastos com alimentação (cesta básica), ou consertos de equipamentos danificados (esteira de separação, prensa, balança, computador, material de limpeza, material de papelaria, etc).

Os catadores C1 e C2 deixam explicitados em suas respostas, a insatisfação, a desvalorização e a falta de apoio da SMMA (que naturalmente recai sobre a figura pessoal da Secretaria). Durante as entrevistas os catadores relatam abertamente seus proventos com a catação, que mensalmente é abaixo de um salário mínimo (R\$1.100,00¹⁰). Em média recebem R\$700,00 numa carga horária de 40 horas/semanais (C1 apresenta o “livro ponto” da Associação) e muitas vezes, os catadores votam em reunião para realizarem hora extra, em um terceiro turno das 18h00 às 21h00, duas vezes na semana. Na fala de C1,

Nós já tentamos fazer hora-extra de sábado, mas não deu certo. O pessoal tem casa, família (...) aí, votaram por fazer 3 horas a mais de terça e quinta pra não acumular tanto lixo no barracão.

A necessidade de complemento de renda, mesmo para os que são beneficiados de algum programa de transferência de renda (exemplo, bolsa família),

¹⁰ Valor atualizado em 04/01/2021. AGÊNCIA SENADO. Já está em vigor novo salário mínimo de R\$ 1.100. **SenadoNotícias**, Brasília, 04 jan. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/01/04/ja-esta-em-vigor-novo-salario-minimo-de-r-1.100>. Acesso em: 12/01/2021

ou até mesmo para aqueles que já são aposentados ou recebem pensão é uma realidade.

A Vigilância Sanitária (VS) foi também indicada por todos os entrevistados, mas com menos peso do que a SMMA. A VS é uma unidade ligada à Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela regulação sanitária das atividades relacionadas ao ciclo produção/consumo de bens e serviços de interesse da saúde. Tem como objetivo eliminar, diminuir e prevenir riscos à saúde inerentes à produção e ao uso de produtos e serviços de interesse da saúde ou às condições de seus ambientes para a proteção da saúde coletiva contra os riscos sanitários. Este órgão possui papel fiscalizador e com poder de polícia para atuar. A VS possui o atributo do poder de polícia, de natureza administrativa, que lhe permite limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público (DI PIETRO, 2004).

Talvez esteja aí a indicação de não apoio aos catadores, pois em se tratando de uma unidade dentro da Secretaria de Saúde, frequentemente realiza visitas ao barracão e também, como a SMMA, mais solicita do que apoia. Os catadores entendem a importância da orientação e das questões epidemiológicas (acúmulo de lixo *versus* proliferação de insetos e outros animais), mas muitas vezes, por falta de pessoas trabalhando no galpão, ocorre acúmulo de material e eles não conseguem adequar nos espaços corretos, para realizar a separação.

C3 conta que,

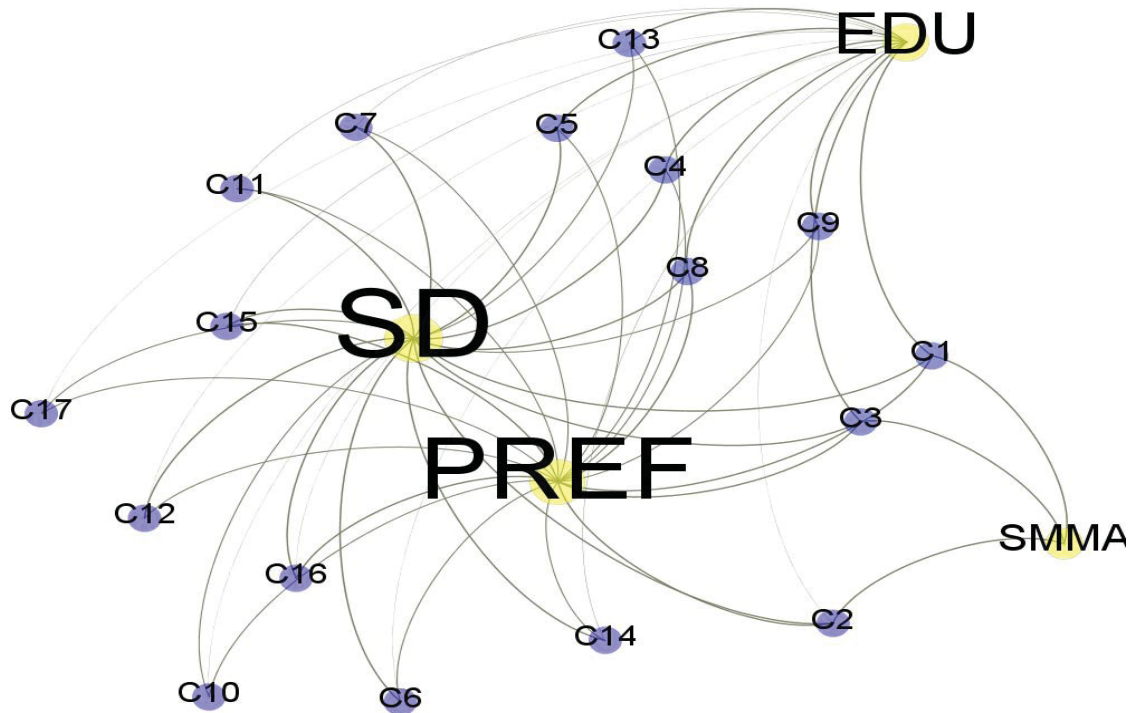
(...) os agentes da V.S. chegam no barracão, fiscalizam tudo: nosso banheiro, olham se tem água acumulada nas PETs¹¹. A gente entende, é o trabalho deles fiscalizarem. Eles explicam que é por causa do mosquito da dengue.

Os catadores entendem a fiscalização e recebem as orientações, mas na sua fala expressam ser mais cobrados pela VS do que receber apoio. Eles criticam as ações de cobrança também porque sabem que a VS é um órgão ligado à Secretaria de Saúde e o apoio à saúde dos catadores é ignorado.

Para além das instituições com quem os catadores indicaram relações de apoio e de menos apoio, na entrevista procurou-se investigar as relações com as instituições que os catadores reivindicam mais apoio. Dentre elas a Prefeitura (PREF), a Saúde (SD), a Educação (EDU) e a Secretaria do Meio Ambiente (SMMA). Todos os entrevistados em maior ou menor frequência indicaram que gostariam de mais apoio da Prefeitura (PREF). Dos 17 entrevistados, 16 (C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12 e C13) indicaram a Educação (EDU) e dentre estes, três (C1, C2 e C3) indicaram também a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) (Figura 4).

¹¹ PET é a sigla para politereftalato de etileno, principal componente das garrafas de plástico.

FIGURA 4 - INSTITUIÇÕES REIVINDICADAS POR MAIS APOIO AOS CATADORES



FONTE: A autora (2021).

A totalidade de catadores que reivindicam apoio da Prefeitura é reforçado nas falas dos catadores. Sobre a Prefeitura C6 comenta:

A gente deveria receber salário para estar aqui, porque eles contratam a TransResíduos (empresa responsável pela coleta de lixo do município), e não contratam a gente? A Prefeitura tinha que cuidar mais deste barracão aqui, consertar os furos do telhado, consertar as máquinas.

Por isso, nas respostas de quais instituições os entrevistados gostariam que desse mais apoio aos catadores, todos os 17 entrevistados indicaram a Saúde como falta de apoio. Quando perguntados sobre suas Unidades Básicas de Saúde (os “postinhos de saúde” perto da residência), C16 comenta que,

Nem adianta ir lá. Você nunca consegue ser atendido, nunca tem médico, nunca tem consulta. Aí, falam pra gente voltar no começo do mês, pra entrar na fila, pegar uma senha e agendar consulta. O que adianta? Minha

dor é agora, não é pro mês que vem. Aí, eu vou pro Pronto Socorro me consultar mesmo.

Na fala de C4, a procura por atendimento da saúde, foi por acidente durante o trabalho,

Eu estava separando os materiais, e me cortei...corte fundo mesmo. Eu nunca precisei ir ao médico ou me consultar, mas nesse dia, tive que deixar o trabalho e ir para o Pronto Socorro.

Essa fala é carregada de justificativa por C4, que reforça ter deixado o trabalho apenas uma vez, para procurar atendimento de saúde. Porto et al. (2004) já haviam identificado em sua pesquisa a relação de acidente de trabalho e condições insalubres ligadas à saúde do catador. Eles ressaltam que a forte carga física da catação, somada ao trato com os materiais (orgânicos e recicláveis), e a própria rotina de trabalho são fatores que predispõem a certos tipos de doenças associadas ao trabalho, entre elas: dores corporais, problemas osteoarticulares e hipertensão.

Ainda relacionado à saúde, Miura (2004) comenta que os catadores não parecem preocupados com os prejuízos provocados à saúde pelo trabalho, o que fica explicitado na fala de C4. Porto et al. (2004) ressaltam que os catadores percebem a atividade como fonte de sobrevivência, a saúde como capacidade para o trabalho e, portanto, tendem a negar a relação direta entre o trabalho e problemas de saúde. A procura pelo serviço de saúde através do Pronto Socorro, uma unidade de urgência e emergência, delata que a prevenção em saúde não ocorre.

A prevenção é atribuição das Unidades Básicas de Saúde (UBS), os “postinhos”, mas como C16 relatou que “nunca consegue consulta”, fica inviável realizar qualquer tipo de prevenção em saúde, restando ao usuário da saúde, procurar os serviços somente em caráter de urgência.

Outra instituição apontada por todos os entrevistados os quais eles gostariam de ter mais apoio é a Prefeitura. Como já apontado antes, os catadores entendem que realizam uma atividade que poderia ser remunerada pela prefeitura, afinal, eles têm notícias de que, em outros municípios, catadores possuem salários fixos pela catação. Na fala de C1, fica evidente,

A gente sabe que, se fossemos uma cooperativa seria diferente. Teríamos documentação e a prefeitura poderia contratar a gente. Mas, não conseguimos ser cooperativa ainda. Fora isso, fazemos o trabalho pra prefeitura e nada (referindo a dinheiro). A gente faz o trabalho por eles...

Segundo o Anuário de Reciclagem (2020), 336 organizações (grupos, associações ou cooperativas) responderam que possuem algum tipo de relação formal com a municipalidade. Dentre estas, 59% informaram ter contrato com a prefeitura, 23% registrou a ocorrência de termo de parceria e 17% manifestou manter convênio com a administração local. Este indicador certamente demonstra que as gestões municipais vêm percebendo que as cooperativas e associações de catadores devem ser encaradas como empreendimentos prestadores de serviço para o município e não como entidades sociais beneficiadas pelos mesmos. Quando perguntado sobre a existência de contratos para realizar coleta seletiva com o setor privado, das 362 respondentes, 196 não possuem esta natureza de contrato. Esta é a realidade dos catadores de Guaratuba, nenhuma formalidade com a municipalidade tornando-se mais instável e oscilante sua renda e segurança com a atividade. Em sua tese, Gonçalves-Dias (2009) já apontava as experiências de inclusão dos catadores, nas várias regiões do país, em função da dificuldade de conquista de apoio e parceria com os governos locais.

E na visão dos catadores, a mesma instituição indicada que não apoia o catador, a SMMA também aparece novamente, como a que deveria apoiar, segundo indicação de C1, C2, C3. C1 expressa que,

(...) a prefeitura “manda” a gente pra Secretaria (Municipal do Meio Ambiente). A Secretaria só enrola, e diz que depende da assinatura do prefeito, liberação de verba, essas coisas. A gente fica desanimado. A secretária nem atende a gente, nem conversa. Depois vem querer cobrar cadastro dos catadores, fiscalização. É muita cara de pau (...).

A indicação apenas de C1, C2 e C3 entendendo que a SMMA poderia apoiar mais os catadores, pode indicar uma posição de liderança e de contato com outros órgãos que os orientam. Sendo assim, conseguem associar que a SMMA é ligada à prefeitura e esse apoio também depende de vontade política e posicionamento da prefeitura, na figura do prefeito e da SMMA, na figura da secretária.

E, finalmente, o não apoio da Educação (EDU), indicado por 12 dos 17 entrevistados demonstra a preocupação dos catadores em aprender, se desenvolver, evoluir em seus estudos, porém, a Secretaria Municipal de Educação oferta o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) de modo centralizado e presencial, dificultando acesso à Educação por parte desse público.

O EJA, no município de Guaratuba está organizado da seguinte forma: nos anos do ensino fundamental ou básica (do 1° ao 9° ano) as aulas acontecem em uma escola municipal; nos três anos do ensino médio, as aulas são ofertadas em uma escola estadual. Ambas estão localizadas no centro da cidade, as aulas são no período noturno, e são ofertadas disciplinas por semestre (não são todas), e o aluno pode escolher as disciplinas para completar seu currículo escolar obrigatório.

C7 estuda no EJA em uma escola municipal e conta,

Daqui, só eu e o C12 que estudamos à noite. O resto da mulherada estuda aqui no galpão. Elas não têm tempo, não conseguem ir pra escola a noite, fica puxado demais.

O que C7 quis dizer que “a mulherada estuda no galpão”, é que elas, uma vez por semana participam do projeto aqui denominado, nesta pesquisa de Trabalho Voluntário (TV) relacionado a alfabetização e educação de adultos no galpão. Ou seja, a maioria dos catadores entendem a necessidade de estudar, e sobretudo, desejam isso como proposta em suas vidas. Mas, as reais condições são limitantes, em especial para as mulheres, que trabalham oito horas na atividade de catação, e enfrentam a rotina das atividades de casa e dois cuidados com filhos.

Dos 12 catadores que indicaram a falta de apoio da Educação, sete são do gênero feminino e têm filhos. Nenhuma catadora estuda no EJA ofertado pela política de educação. Portanto, a realidade apresentada por meio da pesquisa demonstra uma questão de gênero, como a sobrecarga no acúmulo de atividades (catação, provedora, cuidadora, dona de casa), e a falta de condições (falta de tempo, condições financeiras, deslocamento do bairro periférico até a escola) para realizar uma atividade pessoal, que nesse caso, foi apontada a formação educacional.

C8 que apontou a falta de apoio da educação, e apontou fortemente o apoio do Trabalho Voluntário (TV) relata que,

Se não fosse a professora que vem aqui no galpão a gente não estava estudando. Não tem mesmo como a gente trabalhar 8 horas aqui, e sair a noite pra estudar. Eu chego em casa, e começa tudo: roupa pra lavar, “janta” pra fazer, cuidar da minha filha – e olha que eu tenho só uma- imagina se eu tivesse mais...eu não dou conta (...).

Tanto na fala dos catadores, como o que demonstram as redes de apoio, setores de políticas públicas como assistência, educação, saúde, trabalho (e renda) e meio ambiente, de uma forma ou de outra, são demandas apontadas pelos sujeitos. E, quando a efetivação desses direitos não estão presentes e ofertadas através de serviços e programas (com continuidade) pelas políticas públicas, a crítica e a descontentamento aparece, e o terceiro setor, de alguma forma, tenta suprir essa demanda.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede de apoio dos catadores de Guaratuba é identificada pelos sujeitos da pesquisa e está fortemente marcada pela relação com a política de assistência social, mais especificamente a atenção básica. Esta foi identificada pelos catadores como sendo o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), a unidade física que concretiza essa política.

Nos anos 1990, as ONGs tinham papéis fundamentais para associações e movimentos, pois eram estruturantes nos projetos, na assessoria técnica e até financeiramente. Nos dias atuais não é diferente, pois a pesquisa aponta a importância do Instituto Lixo e Cidadania, de espaços de debates, como o Fórum Lixo e Cidadania e programas, como o PROVOPAR, que apresentam (ainda) a importância do terceiro setor para o catador de material reciclável. O papel do Instituto, do Fórum e do PROVOPAR é promover a participação política e social desse sujeito. Essa participação e a organização dos catadores são direitos que devem ser incentivados também por políticas públicas, as quais deixam a desejar quanto à promoção política e social dos catadores. Portanto, o terceiro setor aparece com papel preponderante na garantia desses direitos.

Para além de ações pontuais, ou assistenciais, o ILIX fomenta a organização de catadores, mesmo em que municípios pequenos, para que participem de espaços de discussão, se aproximem do movimento dos catadores, de associações, cooperativas e instituições ligadas ao acesso a direitos, como o Ministério Público. Em Guaratuba, a associação de catadores existe, mas não é contratada diretamente pela prefeitura, como foi apontado pelos entrevistados o “não apoio” da prefeitura e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente aos catadores, ficando assim, sem suporte e orientação dessas instituições públicas.

Fica claro também, em um coletivo ou em um grupo (no caso, a Associação), ainda que alguns atores individuais possam se destacar mais, eles atuam como representantes e veículos de expressão do grupo. O líder não fala por si próprio, mas, faz em nome do coletivo, e isso é muito respeitado, como foi destacado na mudança das perguntas no pré-teste da entrevista. Uma organização coletiva, por maior que seja, tem como base a formulação das demandas por um pequeno número de pessoas, que estão em papéis formais ou não de liderança. Em relação ao contato com o MNCR, os catadores de Guaratuba que conhecem o

Movimento, o conhecem e estabelecem relação através de outras instituições como a PROVOPAR e o Instituto, ou seja, essas instituições fazem “a ponte” com o Movimento. Como demonstrado na seção que versa sobre o surgimento do MNCR, que foi criado com o apoio de Igreja, ONGs, em Guaratuba, o contato com o Movimento também se faz de forma secundária ou intermediada, sendo ainda um desafio para o movimento se aproximar dos catadores em cidades menores, que não as grandes capitais.

Após a realização das entrevistas, processo de investigação do problema e, inclusive o envolvimento da pesquisadora com o seu objeto, a Rede de Apoio se transformou. Em contato com outras ONGs e Instituições ligadas a catadores, a partir de dados já coletados nas entrevistas foi possível cadastrar os catadores em um programa de auxílio emergencial devido à pandemia do Coronavírus e todos os participantes receberam doação, via correio, através de um cartão de transferência de recursos (dinheiro). Tratou-se, novamente, de um apoio direto de uma ONG, que se intitula Movimento Pró-catador.

A questão não é exatamente a doação ou a transferência de recursos, muito importante em uma situação de calamidade pública, insegurança financeira e alimentar, sem precedentes e sem tempo para findar, mas sim a importância da criação de mais uma aresta na rede de apoio, que transpõe limites geográficos, pois nesse caso, a ONG possui sede em São Paulo. O fato é que a arrecadação de doações aconteceu e, vários estados do Brasil e até no exterior, visto que a ONG brasileira atua em 50 cidades ao redor de 15 países (como exemplo, a Colômbia).

A rede de apoio encontrou fragilidade nas políticas de educação e saúde. Na política de educação, o que foi apontado como oferta é o Ensino de Jovens e Adultos, em duas escolas no centro da cidade, no período noturno. A falta de condições de acesso a essa política perpassa pela distância (localização de duas escolas no centro da cidade), tempo (há transporte escolar, mas o tempo do percurso e o horário em que se dá o trabalho dos catadores inviabiliza o acesso), e novamente o que supre essa carência é o Trabalho Voluntário (TV).

Há também o recorte de gênero na defasagem na política de educação, pois dois catadores conseguem administrar seu tempo e realizam seus estudos no período noturno no EJA, já, seis catadoras (das setes entrevistadas) apontam apoio do TV, sendo a única oportunidade de terem acesso a educação. Outra vez, o terceiro setor, dessa vez na representação do Trabalho Voluntário (TV), vem suprir

um direito fundamental: a educação seja ela, básica e fundamental de jovens e adultos.

Na política de saúde, o acesso aos atendimentos na atenção básica (prevenção em saúde) por meio das Unidades Básicas de Saúde é apontado como precário. Os catadores afirmam realizar os atendimentos apenas no Pronto Socorro e Hospital - serviços de urgência e emergência de alta complexidade. Outro ponto, ainda ligado à política de saúde é a Vigilância Sanitária (VS), apontada como um órgão de cobrança nos protocolos sanitários, mas que não oferta materiais e recursos para os catadores efetivarem as condições mínimas das exigências feitas pelo órgão.

O período de aplicação da pesquisa (maio a agosto de 2020) foi pré-eleitoral, e foi com muita desconfiança que os catadores, a princípio, receberam o convite para participar da pesquisa. Antes mesmo de iniciar as entrevistas, houve necessidade de aproximação do espaço de trabalho (galpão), conversas iniciais com os líderes apontados pelos próprios catadores, depois períodos sem aplicar a entrevista, mas a presença da pesquisadora em dia e horário pré-determinado para a observação da rotina de trabalho.

Após a aplicação da entrevista que durava em média 25 minutos, a última pergunta era se o entrevistado gostaria de fazer alguma pergunta (qualquer pergunta) para a pesquisadora. De início, ninguém se arriscou, mas houve uma investida para a resposta, e a maioria, mesmo que já tendo explicado que era uma pesquisa para fins acadêmicos, perguntou o meu interesse nisso tudo, ou seja, na vida deles e no tipo de trabalho. As perguntas vinham mesmo em tom de: “*Porque você quer saber sobre isso*” (apontando pra montanha de material ainda por separar, num ambiente com mau cheiro). Tudo isso é instigante, e ao mesmo indignante: são as expressões da questão social concretizadas no modo do (desse) trabalho.

Para futuras pesquisas e elaboração de políticas públicas que versam sobre o cuidado com o meio ambiente, na presente dissertação observou-se a importância do aproveitamento dos materiais recicláveis, a necessidade urgente (hoje) e para as gerações futuras, de valorizar o segmento, que contribui na diminuição dos impactos e proteção da natureza.

Em relação a valorização da atividade, a certeza da participação maior na riqueza produzida pelo setor de reciclagem de materiais retornáveis pelo trabalhador(a) catador(a), que segue na luta diária de subsistência e (re)existência.

Porém, a necessidade de incentivo do Poder Público através de subsídios, assessorias para qualificar os serviços prestados na Associação da Catadores de Guaratuba, bem como por meio de campanhas educativas e permanentes informar a população a relevância da atividade do catador e da catadora e a correta separação dos materiais recicláveis. ,

O retrato que se teve a partir da pesquisa coloca o desafio para quem deseja se aprofundar nessa temática, que deve preponderar o interesse na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, e o direito ao acesso a políticas públicas, que de fato, alcancem os catadores brasileiros.

Isto pode se dar através da vigilância e participação social, deve apoiar e exigir o aprimoramento de políticas públicas direcionadas às atividades de reciclagem, com foco nos trabalhadores, a exemplo da seguridade social – saúde, previdência social e assistência social e articular com políticas públicas de trabalho e emprego, e de educação e de meio ambiente, estas últimas muito relegadas ao segundo plano pelos catadores.

Sobretudo a sociedade avançará no processo civilizatório quando compreender que todos os elementos que a formam, desde cidadãos, instituições, grupos, coletivos, instituições jurídicas, são formadas por pessoas e para pessoas, cabendo a elas o poder de não perder no horizonte a capacidade de transformá-las. São as pessoas que conduzem o carrinho da catação, e a natureza conduz a todos. Não existe separação entre o homem e a natureza, sendo assim, quais são os valores que estamos carregando em nosso carrinho de material reciclável?

REFERÊNCIAS

ABRELPE Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2018/2019**. Disponível em: <HTTPS://ABRELPE.ORG.BR/DOWNLOAD-PANORAMA-2018-2019/>. Acesso em: 20 set. 2020.

ANUÁRIO DA RECICLAGEM 2020. Brasília, 2020. Disponível em: https://uploads-ssl.webflow.com/5ebc1f5c7d4b534f7f022f62/5fcaa0d469d1141fbdaf040a_Anu%C3%A1rio%20da%20Reciclagem%202020.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In.: GENTILI, P. FRIGOTTO, G. **A cidadania negada: política de exclusão na educação e no trabalho**. Colección Grupos de Trabajo de CLACSO. Grupo de Trabajo Educación, trabajo y exclusión social, Buenos Aires, 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/35174327.pdf>. Acesso em:

AQUINO, I. F., CASTILHO Jr, A. B., PIRES, T. S. D. L. A organização em rede dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva reversa de pós-consumo da região da grande Florianópolis: uma alternativa de agregação de valor. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 16, n. 1, p. 15-24, jan.-mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v16n1/v16n1a03>. Acesso em: 15 nov. 2020.

AZEVEDO, N.T. de; FALCÃO, M.F.G. **Erradicar a pobreza e a fome: reflexões sobre o primeiro desafio global da Agenda 2030**. III Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável, 2019 (ISBN nº 978-65-86233-00-1). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1f60qGHcfS1gjqRn7iryu1H8kaoo1BSjQ/view>. Acesso em: 03 jul. 2021.

BENVINDO, A. Z. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. Dissertação apresentada ao Centro de Estudos e Pós-graduação sobre as Américas. Universidade de Brasília. Brasília, jul de 2010.

BORGATTI, S.P.; MOLINA, J.L. Ethical and Strategic Issues in Organizational Social Network Analysis. **The Journal of Applied Behavioral Science**, vol. 39, n. 3, p 337-349, 2003. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/4a6c/a0268edbce8a7779393d9b842a5ceb9c781c.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

BORGATTI, S.P.; HALGIN, D. S. On network theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1168-1181, 2011. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.333.9824&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BORTOLINI, M. A. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katálysis**, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/13.pdf>. Acesso em: 24 set. 2019.

BOSCHETTI, I. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. **Revista Psicologia & Sociedade**; 15 (1): 57-96; jan./jun.2003.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/GQ38r6yqDBy7cBN4QtbsjSN/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 21 agost. 2021.

BOSI, A. de P. A organização capitalista do trabalho “informal”: O caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.23 n.67. São Paulo. June 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/08.pdf>.

Acesso em: 08 abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200008>

BRAGA, N. L.; MACIEL, R. H.; CARVALHO, R. G. de. Redes sociais e capital social de catadores associados. **Psicologia & Sociedade**, 2018. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100236&lng=pt&tlng=pt.

Acesso em: 07/11/2020.

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30173663>.

BRASIL. **Portaria nº 397**, de 09 de outubro de 2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Brasília, 2002. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0B39D1C37DB8698344DE88D500EF8E3B.proposicoesWeb2?codteor=382544&filename=LegislacaoCitada+-INC+8189/2006. Acesso em: 06 dez. 2020.

_____. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 25 ago. 2019.

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em:

http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/cidadania_brasil.pdf. Acesso em: 25 ago. 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade**: a era da informação economia, sociedade e cultura. Volume II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, Edição digital, julho de 2013. Disponível em:

https://ciberconflitos.files.wordpress.com/2014/10/castells_redes-de-indignacao-e-esperanca.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020.

DI PIETRO, M.S.Z. **Direito Administrativo**. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

EIGENHEER, E. M. **Lixo urbano**: a limpeza urbana através dos tempos. 2009. Disponível em: <http://www.lixoeducacao.uerj.br/imagens/pdf/ahistoriadolixo.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

ELIAS, N.; SCOTSON, J.L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Siissekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESTADES, N.P. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 8, p. 25-41, jul/dez. Editora UFPR, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22047/14408>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FERREIRA, P. ONG cria renda mínima para catadores durante a pandemia. **O Globo**. Boas ações na pandemia. 06 ago. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/premio-faz-diferenca/boas-acoes-na-pandemia/ong-cria-renda-minima-para-catadores-durante-pandemia-24460136>. Acesso em: 08/03/2021.

FOSSÁ, M.I.T.; SAAD, D.S. **As representações sociais construídas pelos catadores de materiais recicláveis**. XXVI ENEGEP - Fortaleza, CE, Brasil, out. 2006. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR550371_8224.pdf. Acesso em 15 nov. 2017.

FRIEDSON, E. **Para uma análise comparada das profissões**: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. 9º Encontro Anual da ANPOCS em Caxambu, MG, em 19 de outubro de 1995. Disponível em: https://cff.org.br/userfiles/60%20-%20FREIDSON%20E%20%20Para%20uma%20analise%20comparada%20das%200profissoes_1996.pdf. Acesso em: 28 jun. 2021.

GHANEM, E. **Alain Touraine e a produção da sociedade**. São Paulo: Cedi, ago. 1989. 31 p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1800/6.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 22 agos. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. da G. Teoria da participação social: desafios para a compreensão da desigualdades sociais. **Caderno CRH**, vol.32, n.85, p. 63-81. Salvador jan./apr., 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/27655/19052>. Acesso em: 19 maio 2021.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Edições Loyola, 1997.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F. **Catadores**: uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria de reciclagem, 2009. 298 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2009/33002010145P8/TES.PDF>. Acesso em: 02 dez. 2019.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; MENDONÇA, P. M.; TEODÓSIO, A. S. S.; SANTOS, M. C. L. dos. *Frames* de ação coletiva: uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil – MNCR. **Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia**. 11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis (SC), 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/1179863/Frames_de_a%C3%A7%C3%A3o_coletiva_uma_an%C3%A1lise_da_organiza%C3%A7%C3%A3o_do_Movimento_Nacional_de_Catadores_de_Recicl%C3%A1veis_no_Brasil_MNCR. Acesso em 07/11/2020.

GRANT, M. J; BOOTH, A. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Info Libr J**. 2009 Jun; 26(2):91–108. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x>. Acesso em: 28 ago. 2019.

HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade** 22 (2): 15-46 jul./dez. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 04 jul. 2020.

HIGGINS, S. S.; RIBEIRO, A.C.A. **Análise de redes em Ciências Sociais**. Brasília: Enap, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: resultados preliminares do universo – conceitos e definições – tabelas adicionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo e população ocupada**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guaratuba/panorama>. Acesso em: 19 dez. 2020.

INSTITUTO LIXO E CIDADANIA (ILIX). Quem somos. **Site do Instituto e Cidadania**. Disponível em: <https://www.ilix.org.br/quemsomos>. Acesso em: 08 ago. 2021.

KREIN, J.D.; OLIVEIRA, R.V. de.; FILGUEIRAS, V.A. As reformas trabalhistas: promessas e impactos na vida de quem trabalha. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 225-230, Maio/Ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/JYGZHWpXz5yr8cf4dvM9kFj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 agost. 2021.

LAVALLE, A. G. ; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. Quando Novos Atores Saem de Cena: Continuidades e Mudanças na Centralidade dos Movimentos Sociais. **Política & Sociedade**. UFSC, Santa Catarina: vol 3, nº 5, 2004: 37-55 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1977/1726>. Acesso em: 03 jul. 2021.

_____. Protagonistas na Sociedade Civil: Redes e Centralidades de Organizações Cívicas em São Paulo*. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 50, n 3, 2007, pp. 465 a 498. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000300002. Acesso em: 21 ago. 2019

LOSEKANN, C. Mobilização do Direito como Repertório de Ação Coletiva e Crítica Institucional no Campo Ambiental Brasileiro. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, nº 2, pp. 311 a 349, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/218/21827806003.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

MAYER, R. Sociologia da experiência e lutas por reconhecimento: associações de geração de trabalho e renda no sul do Brasil. **Sociologia, problemas e práticas**, n.º 61, p. 65-85, 2009.

MARQUES, E.C. L. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 14, n. 41, out. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QWr6rqWbkWcg69LtMxT7cSQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 29 jul. 2021.

MARQUES, E.C.L. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. Tese de livre docência. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. São Paulo, agos. 2007. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/tes_2007_Redetes_sociais.pdf. Acesso em: 21 jul 2021.

MARQUES, E.C.L; BICHIR, R. Redes de apoio social no Rio de Janeiro e em São Paulo. **Novos Estudos**. n. 90. p. 65 – 83. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/3F3BtB6V54rwyBpytTz3HJj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MEDEIROS, L. F. R; MACEDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia e Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 62-71 ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/08.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2020.

_____. Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 3, n. 2, p. 72-94, mai-ago, 2007. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/022007/artigo4.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.

MEDINA, M. The informal recycling sector in developing countries: organizing waste pickers to enhance their impact. **Gridlines**: n. 44. World Bank, Washington, DC, oct 2008. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/10586>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**. n. 17. São Paulo. Jun. 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>. Acesso em: 22 fev. 2021.

_____. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento: entrevista de Alberto Melucci a Leonardo Avritzer e Timo Lyyra. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo. n. 40. Nov. 1994, p. 152-166. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:_6Al8EUy_IJ:https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php%3Fid%3D19027+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d. Acesso em: 11 abr. 2021.

MIURA, P. C. O. **Tornar-se catador**: uma análise psicossocial. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (SP), 2004. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17373>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MOTTA, D. G.; CRUZ, M. C. A. da. Trabalho e invisibilidade social: reflexões sobre as práticas da mulher catadora de materiais recicláveis em São Luís - MA. **18º REDOR**. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, p. 1994-2006. 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1040/752>. Acesso em: 26/06/2021.

MOURA, L. R. de. **Catadores de Material Reciclável**: redes sociais e processos associativos. 2018. 181 f. Tese (Doutorado em Administração, área de concentração Gestão Integrada das Organizações). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (SP), 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20900>. Acesso em: 07/11/2020.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL (MNCR). Mulheres são a maioria entre catadores de material reciclável. 21 mar. 2014. **Site do MNCR**. Notícias nacionais. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 23 nov. 2020.

MWAURA, E. Data, the new currency in Africa. **Vice Versa**. 3 mar. 2021. Disponível em: <https://viceversaonline.nl/2021/03/03/data-the-new-currency-in-africa/#>. Acesso em: 08 mar. 2021.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**. v. 26, n. 74, p.51-64, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

ODUM, E. A humanidade em crise. In: **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

PINHEL, J. R. **Do lixo à cidadania**: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis / organizado por Julio Ruffin Pinhel; ilustrado por Luciano Irrthum. São Paulo: Peirópolis, 2013.

PORTO, M. F. S.; JUNCÁ, D. C. M.; GONÇALVES, R. S; FILHOTE, M.I. F. Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20 (6), 1503-1514, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000600007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 abr. 2021.

POSCHMANN, M. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos avançados**. 23 (66), 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10408/12117>. Acesso em: 30 jun. 2021.

PROVOPAR. **Programa Ecocidadão**: 362 mil toneladas de resíduos retirados do meio ambiente. Site da PROVOPAR. 04 set. 2019. Disponível em: <http://www.provoparestadual.org.br/2019/09/3071/Programa-Ecocidadao-362-mil-toneladas-de-residuos-retirados-do-meio-ambiente-.html>. Acesso em 21 jul. 2021.

RODRIGUÉZ, C. A procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In.: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.329-364, 2002.

SANTOS, M. C. L; GONÇALVES-DIAS, S. L. F; MENDONÇA, P. M.; TEODÓSIO, A. dos S. S. Frames de ação coletiva: uma análise da organização do MNCR. In: SCHERER-WARREN, I.; LUCHMANN, L. H.H. **Movimentos sociais e participação**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188058/Movimentos%20sociais%20e%20participa%C3%A7%C3%A3o%20e-book.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 dez. 2019

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 4ª ed. Edições Loyola, São Paulo, 1993.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília-DF, v. 21, p. 109-130, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: Debates e Tendências**. V.7, n.1, jan./jun. 2007, p. 9-21. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2947/1994>. Acesso em: 21 ago. 2019

SCHERER-WARREN, I.; LUCHMANN, L. **Movimentos sociais e participação**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

SCOTT, J. **Social Network Analysis**. Newbury Park, Sage, 1992.

SILVA, R. B. da. O movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERTHESIS*, v. 3, n. 2, Florianópolis jul/dez, 2006.

SILVA, S. P. **A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil**: dilemas e potencialidade sob a ótica da economia solidária. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2017.

SILVA, S. P.; GOES, F. L.; ALVAREZ, A. R. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf. Acesso em 31 jul. 2019.

SOARES NETO, M. Superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini: entrevista com Dra. Roberta Sperandio Traspadini. **Rebela**, v.10, n.2. mai./ago. 2020. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/4233/3321>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SOUZA, L. A. G. Elementos éticos emergentes nas práticas dos movimentos sociais. **Síntese Nova Fase**, n. 48, jan/mar. p. 73-84, 1990.

SULZBACH, M.T; DENARDIN, V.F.; FELISBINO, J. N. O Trabalho em Pequenos Municípios Praianos do Litoral do Paraná. **Sociologias Plurais**. N. especial I – out. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/64795>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SVAMPA, M. **Protesta, movimientos sociales, y dimensiones de la acción colectiva en América Latina**. Universidad Complutense de Madrid. Fundación Carolina, Madrid, 2009. Disponível em: <http://www.maristellasvampa.net/archivos/ensayo57.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SVAMPA, M.; PEREIRA, S. Entre la ruta e el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras. Buenos Aires: Biblos, 2003. In: GHIBAUDI, J. Resenha: Entre la ruta e el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 2, nov, 2003. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/100/84>. Acesso em: 27 jun. 2021.

TRASPADINI, R. Fome, estômago e consciência da superexploração. **Outras Palavras**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/fome-estomago-e-consciencia-da-superexploracao/>. Acesso em: 02 jul. 2021.

VEIGA, J. E. da. Indicadores de Sustentabilidade. **Estudos Avançados** 24 (68), 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/06.pdf>. Acesso: 30 ago. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e método. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001. Disponível em: https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf. Acesso em: 03 abr. 2021.

APÊNDICE I - ROTEIRO ENTREVISTA CATADOR

Data da entrevista: ___/___/___ Local: (cidade e local)

7. DADOS PESSOAIS

Nome: _____

Data de nascimento: ___/___/___ Gênero: _____

Estado civil: _____

Nacionalidade/naturalidade: _____

Escolaridade: _____

Filhos: _____

8. TRAJETÓRIA PESSOAL

Onde mora: _____ Há quanto tempo: _____

Procedência (último local de moradia: cidade/estado): _____/_____

Por quanto tempo morou nessa cidade? _____

Já esteve em situação de rua? () sim () não

Por quanto tempo? _____

9. TRAJETÓRIA DE TRABALHO

3.1 Você trabalha há quanto tempo como catador? _____

3.2 Alguém da sua família trabalha com catação? _____

3.3 Por que você trabalha como catador?

3.4 .Qual sua forma de catação? (ex.: carrinho, carroça por tração animal, bicicleta, moto, outros)

3.5 Você é trabalhador autônomo, cooperado ou associado? _____

3.6 Se cooperado, qual sua função na cooperativa? _____

3.7 Já foi cooperado? sim () não ()

3.8 Em qual cidade(s)/estado(s)? _____

3.9 De quantas cooperativas já participou? _____

3.10 Por quanto tempo trabalhou cooperado? _____

3.11 Contribui para o INSS de alguma forma (paga o INSS)? _____

3.12 Você teve outra profissão antes de trabalhar como catador? Com o que você trabalhou? Por quanto tempo?

4 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

4.1 Você conhece o Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável?

- a) Participa do movimento atualmente
- b) Já participou do movimento em outro lugar (cidade/estado)
- c) Sabe o que é
- d) Já ouviu falar
- e) Nunca ouviu falar

4.2 Você, catador, se relaciona com:

Entidades particulares

Entidade	sempre	quase sempre	às vezes	pouco	nunca
Supermercado/Mercado					
Faculdade particular					
Empresas/empresários					

Entidades (Mista/ Terceiro setor?)

Entidade	sempre	quase sempre	às vezes	pouco	Nunca
Cooperativa					
ONG					
Conselho Tutelar					
Outros Conselhos (ex.: comunidade, saúde, de direitos)					
Associação de bairro ou moradores					

Igreja					
--------	--	--	--	--	--

Entidades públicas administrativas

Entidade	sempre	quase sempre	às vezes	pouco	nunca
Prefeitura (governo municipal)					
Secretaria Municipal do Meio Ambiente					

Entidades públicas ligadas a saúde (SUS)

Entidade	sempre	quase sempre	às vezes	pouco	nunca
Vigilância Sanitária					
Epidemiologia					
UBS					
Hospital					
Pronto Socorro					
CAPS					

Entidades públicas ligadas a assistência social

Entidade	sempre	quase sempre	às vezes	pouco	nunca
CRAS ¹					
CREAS ²					
SCFV ³					
Casa da criança ⁴					

Outras entidades públicas

Entidade	sempre	quase sempre	às vezes	pouco	nunca
Defensoria Pública					
Ministério Público					

5. Você quer fazer alguma pergunta para mim?

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Rodrigo Rossi Horochovski, Mayra Taiza Sulzbach e Mariana Ferreira Garcia Falcão, da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando você, catador de material reciclável, a participar de um estudo intitulado A rede estabelecida pelo Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável: do nacional ao regional, em que gostaríamos de saber sua relação com esse movimento social. A importância dessa pesquisa, se dá para compreendermos as relações dos catadores com outras instituições (cooperativas, administração pública, ONGs, etc), movimentos sociais, para relacionar alguns avanços nas conquistas e garantias de direitos, ou alguma aplicação em políticas públicas de geração de renda, emprego, meio ambiente, e outras.

- a) O objetivo desta pesquisa é estudar e analisar a rede de relacionamento do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável, desde o nível nacional, até o nível local;
- b) Caso você participe da pesquisa, será necessário que você responda aproximadamente 50 perguntas, e necessitará de aproximadamente 25 minutos da sua atenção;
- c) Para tanto você deverá comparecer no local prévio combinado para responder as perguntas da entrevista, o que levará aproximadamente 25 minutos;
- d) É possível que você experimente algum desconforto, principalmente relacionado a constrangimento em responder alguma pergunta;
- e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem acontecer, como incômodo e constrangimento em responder alguma pergunta;
- f) Os benefícios esperados com essa pesquisa são que, indiretamente, o participante realize uma autoobservação sobre a forma e relação com o seu trabalho e de outros trabalhadores da catação, repensando os pontos positivos e negativos em ser trabalhador autônomo, cooperado, em fazer ou não parte de um coletivo (movimento social); re-significando e atualizando sua função social, reafirmando-se e ocupando novos espaços, ou mesmo atuando como responsáveis por criar ou modificar institucionalmente a invisibilidade, o preconceito, a privação de direitos fundamentais, o reconhecimento da atividade laboral e a dignidade humana;
- g) Os pesquisadores Rodrigo Rossi Horochovski e Mariana Ferreira Garcia Falcão, responsáveis por este estudo poderão ser localizados Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável) Rua Jaguariaíva, 512, Matinhos, Paraná, Brasil CEP 83260-000 Telefone: ++ 55 (41) 998964974, e-mail falcao.mariana@gmail.com, para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo;

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE
Orientador

- h) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado;
- i) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, como o orientador da pesquisa Professor Rodrigo Rossi Horochovski. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade;
- j) O material obtido –questionários e áudios – será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado ao término do estudo, dentro de 2 anos;
- k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa (transporte do pesquisador) não são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação;
- l) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código;
- m) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também os responsáveis pela pesquisa. O contato está no item “g” desse termo.

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_____, ____ de _____ de _____

[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]

Mariana Ferreira Garcia Falcão

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal
 Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE
 Orientador